

# **VISÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA E MÚSICA POPULAR BRASILEIRA (MPB): uma proposta para o ensino de Geografia**

*Rui Ribeiro de CAMPOS<sup>1</sup>*

## **Resumo**

O artigo procura analisar as tentativas de criação de símbolos para a nação brasileira, discutindo estas providências principalmente no Império e no início da República, e coloca letras de compositores da Música Popular Brasileira (MPB) como sugestões a serem utilizadas na discussão do tema em sala de aula de Geografia no ensino médio. Escreve sobre a importância da Geografia neste processo, do uso da natureza e de imagens cartográficas, em uma tentativa de colocar a Nação como sinônimo de Estado. Ou seja, procura estabelecer uma ligação, no período citado, entre o discurso geográfico e a construção da nação brasileira identificando-a com o Estado. Depois, este texto procura somente identificar aspectos da visão que se tem do Estado brasileiro através de letras da MPB, procurando contextualizá-las.

**Palavras-chave:** Geografia. Nação. Estado. Música Popular Brasileira-MPB. Sala de aula.

## **Abstract**

### **A VIEW OF THE BRAZILIAN NATION AND BRAZILIAN POPULAR MUSIC: a proposal for teaching Geography**

The article aims to analyze the attempts of creating symbols for the Brazilian nation, discussing these efforts mainly during the Empire Age and at the beginning of the Republic, including lyrics of authors of Brazilian Popular Music (MPB) as suggestions to be used to chat about this theme in Geography classroom at high school. It writes on the matter of Geography in this process, the use of the nature and cartographic images, as a try to place the Nation and State as equivalent. It says that Geography, in this period, looks for establishing a connection between the geographic speech and the construction of the Brazilian nation, provoking an identification between it and the State. Later, this text only intends to identify aspects of the view that MPB lyrics brings of the Brazilian State, looking for inserting them into their appropriate context.

**Key words:** Geography. Nation. State. Brazilian Popular Music-MPB. Classroom.

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia, Mestre em Educação pela PUC-Campinas e Doutor em Geografia pela UNESP-Rio Claro, é professor das disciplinas Epistemologia da Geografia, Pensamento Geográfico Brasileiro e Geografia Política na Faculdade de Geografia da PUC-Campinas. E-mail: ruicampos@puc-campinas.edu.br

*"Havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros."*

Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853)

Foi a partir do território que se procurou forjar a identidade nacional brasileira durante o Império e, neste processo, posições racistas, com o concurso da ciência, tiveram papel significativo, inclusive na opção pela imigração e pelo tipo de imigrante. A proclamação e a instalação da República, as ciências e as disciplinas escolares, tiveram como substrato o positivismo comteano. Este tentou criar novos símbolos para a nação e fracassou em alguns. Neste artigo procurar-se-á analisar estas tentativas com a inclusão de letras de músicas de nosso cancioneiro popular referentes à visão sobre o Brasil para serem utilizadas em sala de aula.

O principal objetivo deste artigo é o de propor que algumas atividades relacionadas ao estudo do Brasil em aulas de Geografia possam fazer uso de algumas letras da Música Popular Brasileira (MPB). Também de estimular essa proposta, fazendo com que professores encontrem músicas adequadas ao contexto no qual estão trabalhando. Diferentes linguagens podem ser utilizadas no ensino de Geografia (filmes, fotos, obras literárias, músicas) pois permitem a análise de diversas dinâmicas e de vários processos que atuam na produção do espaço. A música, assim como outras linguagens, pode ser um auxílio para o desenvolvimento da compreensão e da análise crítica. Ela não substitui o conteúdo básico; sua inserção no início, no meio ou no final de cada assunto, depende muito da proposta de cada professor. Não é objetivo incluí-las somente para tornar a aula mais *"interessante"*; ela permite uma análise de letras de músicas, possibilitando um estudo das afirmações feitas ou das visões de mundo existentes. Além disso, o que se rotula de MPB é a música de massa imposta pelas gravadoras e pelos meios de comunicação; ou seja, ela é um produto da indústria cultural. De qualquer modo, ela nos influencia, produz emoções, é útil para o entendimento de nossa história e permite sua incorporação em temas analisados pela Geografia.

É pela existência de uma cultura que se cria um território? Parece que no nosso caso foi definido um território e foi-se à cata de elementos culturais que pudessem ser identificados com ele para criar a nação. Talvez seja pelo território que se fortalece e se exprime a relação simbólica que existe entre cultura e espaço.

Quando se inicia a nação brasileira? Diversos livros de História afirmavam que foi com a chegada de Pedro Álvares Cabral em 1.500. Entretanto, quando ele aqui aportou já existiam pessoas que habitavam esta área, há milhares de anos, divididos em centenas de nações e com um número equivalente de línguas. Foram os europeus que passaram a saber da existência desta terra e de sua gente, e procuraram incorporá-la ao seu mercado, dando início ao processo de subdesenvolvimento. Aquela área para a qual deram diversos nomes (Ilha e Terra de Santa Cruz, Terra dos Papagaios, Terra de Santa Cruz, para chegar a Brasil) não existia como nação. É preciso redescobrir suas origens, procurar as várias identidades, para que este país possa um dia virar uma nação não subordinada, para possivelmente, mais tarde, integrar um mundo no qual Estados podem nem mais existir.

A nação é uma construção histórica e diversas podem existir em um Estado. As tentativas que ocorreram no Brasil foram a de criar um Estado uni-nacional. A criação do Estado Brasil foi anterior à tentativa de criação, pelo mesmo, da nação brasileira. O Pindorama dos tupis foi sendo exterminados pelos colonizadores; novos sangues e novas culturas foram chegando e sendo misturados. A mestiçagem foi inicialmente imposta, "[...] com o poder de mando do procriador branco determinando o rumo dos corpos submetidos e fecundados sem escolha." (ALENCAR, 2.000, p. 09) Tudo isto criou um país diferente e permitiu interpretações diversas sobre as características desta população.

Um Brasil que é índio, caboclo, negro, mulato, branco, cafuzo; que é americano, europeu, africano e asiático. Um país de casas-grandes e senzalas, de patriarcalismo autoritário e de caboclos sertanejos submissos e rebeldes; de brancos ricos e pobres, de negros de diversas nações africanas. De Império sem uma nação do mesmo, de República sem povo, de gente resignada e revoltada, de uma elite dirigente que se envergonha das culturas aqui existentes, copia modismos externos mas suga a riqueza deste mesmo povo.

Apesar da excessiva mercantilização da música em nosso país, ela ainda se presta como auxílio para professores procurarem estudar a saga deste povo e os aspectos espaciais da sociedade. Através da música é possível desvelar aspectos da realidade e recriá-la. Por isso, a letra da música inicial deste artigo refere-se a um desfile de escolas de samba mas de modo diferente das escolas *oficiais*. A letra de *Desenredo*, de Gonzaguinha e Ivan Lins, feita em 1978, brinca com a chegada de Cabral, com índios cantando em inglês e desfilando pelo país como um cordão carnavalesco. Os absurdos contidos, de modo proposital, contêm aspectos importantes daquilo que acham que virou o Brasil.

#### **DESENREDO (G.R.E.S. Unidos do Pau Brasil) (Gonzaga Jr./ Ivan Lins)**

No dia em que o jovem Cabral chegou por aqui, ô ô/ Conforme diversos anúncios na televisão/ Havia um coro afinado da tribo tupi/ Formado na beira do cais cantando em inglês/

Caminha saltou do navio assoprando um apito em free bemol/ Atrás vinha o resto empolgado da tripulação/ Usando as tamancas no acerto da marcação/ Tomando garrafas inteiras de vinho escocês

Partiram num porre infernal por dentro das matas, ô ô/ Ao som de pandeiros chocalhos e acordeão/ Tamoios, Tupis, Tupiniquins, Acarájés ou Carijós (sei lá ...)/ Chegaram e foram formando aquele imenso cordão, meu Deus quibão/

E então de repente invadiram a Avenida Central, mas que legal/ E meu povo, vestido de tanga adentrou ao coral/ Um velho cacique dos pampas sacou do pistom/ E deu como aberto, em decreto mais um carnaval/ Ah, que bom

E assim, a vinte e dois daquele mês de Abril/ Fundaram a escola de samba Unidos do Pau Brasil (três vezes)

Nos meados da década de 1980, logo após o período militar (1964-85), a visão do Brasil que tinha Renato Russo (1963-1996), então líder do conjunto *Legião Urbana*, era triste. Aproveitando uma exclamação feita por um político no período, fez uma letra na qual criticava a situação social (favelas), a política (Senado, Constituição), a violência, a situação do índio etc. E ainda ironizava a crença no *futuro*, que há muito tempo se prega no país: um país jovem, um país que logo será potência e outras afirmações. A gravação de *Que país é esse*, de grande sucesso, é de 1987.

#### **QUE PAÍS É ESSE? (Renato Russo)**

Nas favelas, no Senado/ Sujeira pra todo lado/ Ninguém respeita a Constituição/ Mas todos acreditam no futuro da nação

Que país é esse?/ Que país é esse?/ Que país é esse?

No Amazonas, no Araguaia, na Baixada Fluminense/ Mato Grosso, nas Geraes e no Nordeste tudo em paz/ Na morte eu descanso, mas o sangue anda solto/ Manchando os papéis, documentos fiéis/ Ao descanso do patrão

Que país é esse?/ Que país é esse?/ Que país é esse?/ Que país é esse?

Terceiro mundo, se for/ Piada no exterior/ Mas o Brasil vai ficar rico/ Vamos faturar um milhão/ Quando vendermos todas as almas/ Dos nossos índios em um leilão

Que país é esse?/ Que país é esse?/ Que país é esse?

O Brasil foi a única colônia sul-americana que, ao tornar-se oficialmente independente, optou pela monarquia. A vinda da família real portuguesa em 1808 e as mudanças que ocorreram em razão deste fato, foram fundamentais para que a solução monárquica aqui criasse raízes e se transformasse em uma opção das elites para garantir a unidade territorial. Com monarquia ou sem ela, a emancipação viria. Para manter a unidade política e a ordem social, para evitar o predomínio militar e favorecer a centralização da renda pública, as elites optaram por um rei, cuja figura estaria acima das divergências particulares. Seria um símbolo de união, que evitaria tentativas provinciais de separação. Quem via o Brasil como uma totalidade era a burocracia estatal portuguesa e não os que aqui residiam. Pois a instauração do Estado brasileiro se deu “em meio à coexistência [...] de múltiplas identidades políticas, cada qual expressando trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizam alternativas de seu futuro.” (JANCSÓ; PIMENTA, 2.000, p. 132)

Quando ainda era colônia, não existia a nacionalidade brasileira; matavam os nativos daqui (por armas ou via choque bacteriano) e traziam nativos da África Negra. Além disso, ocorreram tentativas de outros países de tomar posse de parte do território. Um dos que, durante um certo tempo (1630-1645), ocuparam parte do Nordeste, foram os holandeses, sob o comando de Maurício de Nassau. A partir deste fato, principalmente para questionar o papel histórico do mulato pernambucano Domingos Fernandes Calabar, que durante esta ocupação ficou ao lado dos holandeses e contra os portugueses – sendo por isso executado como traidor –, que Chico Buarque e Ruy Guerra fizeram a peça *Calabar*.

Uma das músicas desta peça é *Fado Tropical*; sua letra permite discussões, como sobre a não existência ainda da nação brasileira, sobre o fato deste território ser um espaço complementar de Portugal e, ainda, sobre algumas características que afirmam que herdamos do lusitano (tratadas com ironia, como a relação entre lirismo e tortura, bom coração e execução). Como foi escrita em 1973, foi vetada pela censura, assim como diversas letras de músicas desta peça, e esta música foi proibida de ser executada; isto acaba sendo importante para introduzir alunos na atmosfera dos *anos de chumbo*.

#### FADO TROPICAL (Chico Buarque/ Ruy Guerra)

Oh, musa do meu fado/ Oh, minha mãe gentil/ Te deixo consternado/ No primeiro abril./  
Mas não sê tão ingrata/ Não esquece quem te amou/ E em tua densa mata/ Se perdeu e se encontrou./  
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal/ Ainda vai tornar-se um imenso Portugal

"Sabe, no fundo eu sou um sentimental/ Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dose de lirismo (além da sífilis, é claro)/ Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar/ Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora..."

Com avencas na caatinga/ Alecrins no canavial/ Licores na moringa/ Um vinho tropical/  
E a linda mulata/ Com rendas do Alentejo/ De quem numa bravata/ Arrebato um beijo./  
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal/ Ainda vai tornar-se um imenso Portugal

"Meu coração tem um sereno jeito/ E as minhas mãos o golpe duro e presto/ De tal maneira que, depois de feito/ Desencontrado, eu mesmo me contesto.

Se trago as mãos distantes do meu peito/ É que há distância entre intenção e gesto/ E se o meu coração nas mãos estreito/ Me assombra a súbita impressão de incesto  
Quando me encontro no calor da luta/ Ostento a aguda empunhadura à proa/ Mas meu peito se desabotoa

E se a sentença se anuncia bruta/ Mais que depressa a mão cega executa/ Pois que senão o coração perdoa"

Guitarras e sanfonas/ Jasmins, coqueiros, fontes/ Sardinhas, mandioca/ Num suave azulão/ E o rio Amazonas/ Que corre Trás-os-Montes/ E numa pororoca/ Deságua no Tejo./  
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal/ Ainda vai tornar-se um imenso Portugal/ Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal/ Ainda vai tornar-se um império colonial.

Grande parte da população de um território, pessoas que já haviam convivido com reis e príncipes africanos que, por motivos de guerra e outros, foram aprisionadas e para cá vieram como escravos, uma população que celebrava nas festas reis imaginários ou mortos (Imperador do Divino, Reis Magos, Dom Sebastião), não teria muita dificuldade em aceitar, de modo positivo, uma monarquia. Além disso, desde o início do período imperial, procurou-se divulgar uma representação comum e peculiar desta realeza distante.

Comum, na medida em que se procurou afirmar todo o tempo a feição européia de nossa monarquia – aparentada não só aos Bragança como aos Bourbon e Habsburgo – e o caráter civilizacional do Império, afeito às novas tecnologias e idéias de progresso. Peculiar, já que havia o Atlântico a nos separar e toda uma realidade social e geográfica a nos distinguir. Velho conhecido dos viajantes, o Brasil foi sempre destacado como o local da “grande flora” – com sua vegetação edênica –, mas também como o país da miscigenação extremada, dos indígenas e da escravidão. Não havia, pois, como deixar de lado a faceta tropical do jovem Império.

Na tentativa de garantir e criar uma nova nação, desvinculada da “pátria”, que era ainda portuguesa, as elites do sul do país apostaram claramente, portanto, na monarquia e na conformação de uma ritualística local. A realeza aparecia, em tal contexto, como o único sistema capaz de assegurar a unidade do vasto território e impedir o fantasma do desmembramento vivido pelas ex-colônias espanholas. É nesse sentido que a monarquia se transforma em um símbolo fundamental em face da fragilidade da situação. (SCHWARCZ, 2000, p. 18)

Isto sempre aliado ao esforço de costurar a imagem do monarca como símbolo da pátria, processo semelhante ao que foi tentado durante o Estado Novo (1937-45) com a figura de Getúlio Dornelles Vargas (1883-1954).

O novo país que surgia no início do século XIX possuía a natureza como sua base territorial e material e uma monarquia que pretendia impulsionar um projeto civilizatório e criar uma nação, mas em um país que tinha na escravidão sua principal força de trabalho e possuía uma sociedade hierarquizada, desigual e violenta. A identificação não podia ser buscada na maioria da população, pois esta era negra; por isso, a eleição da natureza e do indígena como possíveis símbolos. No Império, o Brasil foi representado, algumas vezes, como índio, talvez um reflexo do nativismo romântico. No final do século XIX, quando era iminente a abolição da escravatura, o receio de nossos *meios científicos* era de um país de negros e mestiços (ou seja, de *raças inferiores*, exceto para alguns positivistas) ou de um novo Haiti. Por isso que, no período próximo à Abolição, a solução proposta foi o *branqueamento* populacional.

Para isso, parcela da elite se propôs a esquecer a escravidão negra, suas lutas, suas origens. Isso porque a memória de eventos passados não é compartilhada por todos; existe ainda uma *memória da elite* e uma *memória popular*. Seu preconceito vinha através de uma *política de esquecimento*, em uma tentativa de diminuir a participação dos negros no total da população e buscar formas para afirmar que aqui não existia racismo como parte de sua atividade racista. Daí que a existência de letras que procuram enaltecer o passado daqueles de origem africana é importante. É o caso de *Kizomba*, [termo que designa festas de povos africanos e é um ritmo, originado em Angola, com influência de outros povos lusófonos. Para alguns, uma fusão de semba com outros ritmos] letra do samba-enredo, gravado em 1987, pelo qual sagrou-se campeão em 1988 a Unidos de Vila Isabel no Carnaval no Rio de Janeiro, que relembra Zumbi do Quilombo dos Palmares, em Alagoas (século XVII), seus instrumentos de percussão, suas danças, alguns personagens recentes (como Clementina de Jesus – 1902-1987), em uma valorização de aspectos tidos como raciais e com um grito para que acabe a espécie de *apartheid* social que ainda perdura no país.

**KIZOMBA, A FESTA DA RAÇA** (Rodolpho/ Jonas/ Luiz Carlos Silva)

Valeu Zumbi !/ O grito forte dos Palmares/ Que correu terras, céus e mares/ Influenciando a abolição/ Zumbi valeu !/ Hoje a Vila é Kizomba/ É batuque, canto e dança/ Jongo e maracatu/ Vem menininha pra dançar o caxambu/ Vem menininha pra dançar o caxambu  
Ôô, ôô, Nega Mina/ Anastácia não se deixou escravizar/ Ôô, ôô Clementina/ O pagode é o partido popular

O sacerdote ergue a taça/ Convocando toda a massa/ Neste evento que congrege/ Gente de todas as raças/ Numa mesma emoção/ Esta Kizomba é nossa Constituição/ Esta Kizomba é nossa Constituição

Que magia/ Reza, ajeum e orixás/ Tem a força da cultura/ Tem a arte e a bravura/ E um bom jogo de cintura/ Faz valer seus ideais/ E a beleza pura dos seus rituais

Vem a lua de Luanda/ Para iluminar a rua/ Nossa sede é nossa sede/ De que o "apartheid" se destrua (bis)

Em 1838, o Rio de Janeiro possuía, conforme dados citados por Schwarcz (2.000, p. 13), 37 mil escravos em uma população total de 97 mil habitantes e, onze anos depois, 79 mil cativos em um total de 206 mil pessoas. Nas duas datas, um total de 38% de escravos – a maioria de origem africana –, sem contar os negros já libertos. Como se dedicavam a diferentes ocupações, dominavam as ruas da capital do Império. Entretanto, a elite, pelo vestir, gestual e regras de etiqueta, se imaginava viver em uma França, ainda que cercada de escravos, os que garantiam esse viver. O símbolo da nova nação foi buscado no ausente: o indígena.

Afastados da corte, dizimados de forma sistemática, estavam distantes ou mortos mas vivos nas representações, nos quadros, nas esculturas, na literatura, nos títulos de nobreza. Principalmente com D. Pedro II, foi comum a distribuição de títulos para a nossa "nobreza improvisada, com designações indígenas e topônimos tupis, de pouco agrado para aqueles que o recebiam." (SCHWARCZ, 2.000, p. 156) Cabe mencionar que aqui não existiu uma nobreza, em seu sentido tradicional. Ser nobre não era uma prerrogativa de nascimento, "[...] era galardão e prêmio; o resultado de um esforço, de uma realização particular, sem transferência: uma meritocracia e não uma aristocracia. Sem nenhum privilégio, enquanto na Europa vemos o aburguesamento da nobreza, no Brasil ocorre o oposto: é a burguesia que se enobrece." (SCHWARCZ, 2.000, p. 192)

O pensamento geográfico no século XIX teve um papel significativo – embora pouco destacado nos estudos sobre a Geografia no país – nas representações sobre o território e a população do Brasil. O meio geográfico, que até então era predominantemente natural, já se transformava em meio técnico. "O fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX vêem a mecanização do território: o território se mecaniza. [...], esse momento é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural." (SANTOS, 1994, p. 139) Essa passagem ocorria em alguns territórios – cujos espaços já eram internacionais – pois o tempo das ações não é o mesmo e, no relógio da História, coexistem temporalidades diversas. As realidades são simultâneas, mas não, necessariamente, contemporâneas no aspecto técnico-científico, se considerarmos o desenrolar da história dos povos. O Brasil estava econômica, política e culturalmente vinculado a países europeus mas seu papel nessa relação era de subalterno, em todos aqueles aspectos.

Já nas primeiras décadas pós-independência ocorreu, por parte de integrantes da elite, a preocupação de construir a pátria brasileira, de disseminar o patriotismo. O pensamento conservador brasileiro, desde o Império, "sempre tendeu a expressar um conceito de 'nação' articulado ao de 'território', de tal maneira que, freqüentemente, a idéia de 'unidade nacional' confunde-se com 'integridade territorial'." (COSTA, 1992, p. 192) Marco desta tarefa foi a fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com o objetivo oficial de reunir e organizar os documentos úteis à história e à geografia do império

brasileiro. Segundo Vlach (1988), o IHGB foi fundado no Rio de Janeiro como filial da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (criada em 1828 e com objetivos de estímulo a diversas atividades econômicas), formada por cafeicultores fluminenses interessados na manutenção da escravidão e que talvez tenham aceito a proposta porque um dos objetivos do Instituto era contribuir com a administração pública, não somente na defesa da centralização administrativa mas também na preservação da propriedade fundiária e da escravidão, que dependiam dessa centralização.

Sua origem e o fato de mais de um terço dos vinte e sete sócios-fundadores participar do governo na época, deixavam claro a visão *oficial* do órgão, o interesse do mesmo na estabilização política e o seu temor em relação à desagregação territorial do país. Nas primeiras décadas do período imperial ocorreram revoltas como a Cabanagem (1835-40) no Pará, a Sabinada (1834-1837) na Bahia (que defendia a abolição da escravidão), a Balaiada (1834-1841) no Maranhão e a Guerra dos Farrapos (1835-45) no Brasil meridional. Portanto, garantir a unidade territorial e “*construir*” a pátria brasileira se constituíam em objetivos básicos. Por isso, para os seus integrantes, a História – e até mesmo a Literatura – era mais importante do que a Geografia.

Desde a década de 1840, D. Pedro II (convidado a ser o *protetor* da instituição já em 1838) se tornou um assíduo freqüentador e incentivador. Segundo Schwarcz (2000), o Imperador presidiu, de dezembro de 1849 a novembro de 1889, 506 sessões do IHGB; e o Estado era responsável por 75% das verbas da instituição. E era em uma das salas do Paço Imperial que ocorriam as reuniões do mesmo.

Na verdade, composto, em sua maior parte, da “boa elite” da corte e de alguns literatos selecionados, que se encontravam sempre aos domingos e debatiam temas previamente escolhidos, o IHGB pretendia fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais. Criar uma historiografia para esse país tão recente, “*não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever nossa história [...]*”, eis nas palavras de Januário da Cunha Barbosa a meta dessa instituição, que pretendia estabelecer uma cronologia contínua e única, como parte da empresa que visava a própria “*fundação da nacionalidade*”. [...] Por meio, portanto, do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, d. Pedro II tomava parte de um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional, que também seria obrigatoriamente cultural. (SCHWARCZ, 2000, p. 127)

Seguindo o exemplo de monarcas europeus, elegeu “historiadores para cuidar da memória, pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade, literatos para imprimir tipos que a simbolizassem.” (SCHWARCZ, 2000, p. 128) A opção literária foi pelo romantismo por este permitir afirmar o particularismo, a identidade, substituindo os motivos clássicos por características locais. A fonte escolhida foi o nativo.

O IHGB, como se espelhou em institutos históricos europeus, possuía algumas semelhanças com eles. Mas existiam diferenças importantes e, entre elas, o fato de que os interesses das sociedades em países de passado colonial “[...] estavam mais voltados para a clara delimitação das fronteiras dos Estados Nacionais, os quais haviam sido antigas colônias, como forma de assegurar a própria soberania e estabelecer um controle interno sobre as populações indígenas e os recursos naturais de que se podia dispor.” (SOUSA NETO, 2001, p. 131) Apesar das estruturas neocoloniais, o IHGB não estava a serviço de um outro país e sim mais ligado às necessidades de sua própria realidade. Apesar de tarefas semelhantes, como o arrolamento de recursos, a delimitação dos elementos físicos e culturais do território (não por acaso, as áreas mais exploradas eram as desconhecidas e com interesse

estratégico para a delimitação de fronteiras), seus integrantes possuíam também a finalidade de “criação de um forte sentimento de pertencimento na população que consubstanciasse a nação.” (SOUZA NETO, 2001, p. 131)

A revista do IHGB, publicada a partir de 1839, sempre apresentou mais artigos de História. Um levantamento efetuado do período que vai de 1839 a 1946, mostrou que, dos 1671 artigos publicados, somente 417 (25%) eram de Geografia; e cultores desta ciência não chegavam a dez por cento dos sócios (VLACH, 1988, p. 112). Os trabalhos, para serem publicados, precisavam estar de acordo com os princípios doutrinários dos membros. Entre estes princípios estavam a *imparcialidade*, a *neutralidade* e o conceito de que o Estado era a nação; daí o predomínio da procura de documentos oficiais e a colocação do Estado como sujeito e o povo como objeto da História.

A revista foi também um órgão de divulgação das idéias de literatos interessados em promover a literatura nacional com base na temática indígena<sup>2</sup>. A presença de escritores foi significativa, discutiu-se sobre literatura – e, praticamente, quase nada sobre a Geografia como um fazer científico –, demonstrando que o instituto não era especificamente *histórico* e *geográfico*. A presença do Imperador e sua ação mecênica fizeram com que o romantismo brasileiro se transformasse

[...] em projeto oficial, em verdadeiro nacionalismo, e como tal passa a inventariar o que deveriam ser as “originalidades locais”. Sabia-se muito pouco a respeito dos indígenas, mas na literatura ferviam romances épicos que traziam chefes e indígenas heróicos, amores silvestres com a floresta virgem como paisagem. Os antigos dicionários de nossas línguas nativas feitos pelos jesuítas passaram a ser estimados, pois neles se escolhiam termos indígenas que poderiam ser entremeados às estrofes dos novos poemas. O próprio imperador, inspirado por essa voga, além de propor a criação de gramáticas e dicionários, começa a estudar o tupi e o guarani, [...] . (SCHWARCZ, 2000, p. 131)

Portanto, o romantismo não foi apenas um projeto estético “mas também um movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo.” (SCHWARCZ, 2000, p. 139)

À historiografia cabia formar um panteão de heróis nacionais e criar um passado; à geografia caracterizar as paisagens naturais, mas foi a literatura que obteve maior visibilidade. “Entre a literatura e a realidade, a verdadeira história nacional e a ficção, os limites

<sup>2</sup> Como, entre vários, Gonçalves de Magalhães (1811-1888), autor da *Confederação dos Tamoios*, Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), que foi secretário do IHGB e autor de *A Moreninha* e de *Noções de corografia do Brasil* (1873), Gonçalves Dias (1823-1864), autor de *I-Juca Pirama* e Francisco Adolfo Varnhagem (1816-1878), autor de *História Geral do Brasil* e pioneiro de uma historiografia brasileira. Estes formavam um grupo vinculado diretamente ao Imperador. Também participaram do IHGB, sem uma relação tão próxima com D. Pedro II, escritores como Álvares de Azevedo (1831-1852), Casemiro de Abreu (1839-1860), Fagundes Varela (1841-1875), Bruno Seabra (1837-1876), Castro Alves (1847-1871) e José de Alencar (1829-1977), autor de *Iracema*, um livro com temas e paisagens típicas do gênero indianista, cujo nome (invertido) é um anagrama de *América*. D. Pedro II, além de patrocinar compositores como Antônio Carlos Gomes (1836-1896, responsável pela ópera *O Guarani*, inspirada no romance homônimo de José de Alencar: um tema brasileiro em normas musicais européias) e pesquisas de documentos relevantes da história do Brasil, também ajudou trabalhos de naturalistas como Martius (1794-1868), Agassiz (1807-1973) e Goeldi (1859-1917), paleontólogos como Lund (1801-1880), geólogos como Gorceix (1842-1919, fundador da Escola de Minas de Ouro Preto), O. Derby (1851-1915) e Charles F. Hartt (1840-1878), botânicos como Glaziou (1833-1897), cartógrafos como Seybold e profissionais de diversas outras áreas. Nessa época ficou famosa uma frase (em uma clara alusão ao dito de Luís XIV) dita pelo jovem monarca no IHGB: “*A ciência sou eu.*” (SCHWARCZ, 2000, p. 131) Considerando a época e os meios de transporte, foi muito grande a presença de estudiosos estrangeiros no Brasil durante o século XIX. Sobre estas *expedições estrangeiras* e sua importância para a Geografia, ver Pereira (1994).

pareciam tênues. No caso, a história estava a serviço de uma literatura mítica que, junto com ela, 'selecionava origens' para a nova nação." (SCHWARCZ, 2.000, p. 136) A literatura, de certa forma, retomou o *bom selvagem* de Rousseau (1712-1778), mas um selvagem que amava a pátria brasileira e aceitava o catolicismo. O perdedor se transformou em modelo na gênese da nova nação. A Pátria necessitava de símbolos para ajudar na criação da Nação. Como não tínhamos construções antigas (castelos, templos) ou batalhas épicas para rememorar, coube a nossa natureza (com seus grandes rios e variada e exuberante vegetação) a função de palco do passado. Neste cenário tropical viveram nobres indígenas que, na literatura e na pintura, se tornaram cada vez mais *brancos*: foi a saída na busca da identidade frente a rejeição ao negro e ao branco colonizador. Um índio que já existira (como se o tivéssemos exterminado em um passado bem remoto) e que nos dava um passado honroso e a perspectiva de um futuro promissor. A idéia de Pátria também foi cada vez mais associada à terra.

Nação, pátria, heróis-modelo, passado de glórias, são essenciais em qualquer *ideologia patriótica*. Com o objetivo de exaltar a natureza, a Geografia se desvinculou da sociedade e se limitou, neste caso, a mapeamentos e descrições corográficas das províncias do Império. Também por esse motivo, as Comissões de Geografia possuíam militares entre seus membros, pois seus mapeamentos, suas descrições corretas a respeito de relevo, hidrografia, vegetação, eram importantes para a estratégia militar. Coordenadas cartesianas, definição de limites, descrição precisa do litoral, estabelecimento de rotas, eram fundamentais às forças militares.

A partir da segunda metade do século XIX, houve a entrada de imigrantes europeus, o crescimento urbano e o surto industrial, que estimularam o aparecimento de uma classe média (constituída por profissionais liberais, pequenos comerciantes e industriais, funcionários públicos civis e militares). Estes novos grupos sociais ansiavam por participação política; alguns deles, como os novos cafeicultores paulistas, desejavam maior autonomia das províncias. Em 1870, começou a circular um novo jornal, intitulado *A República*, que no seu primeiro número trouxe o "*Manifesto Republicano*", elaborado pelo Partido Republicano do Rio de Janeiro, que muito dizia sobre liberdade, mas nada sobre a abolição da escravidão. O manifesto defendia o princípio federativo e utilizava uma espécie de determinismo fisiográfico para justificá-lo:

No Brasil, antes mesmo da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostos pela imensa superfície de nosso território. (NEVES; HEIZER, 1991, p. 48)

O crescimento do movimento republicano, o descontentamento do Exército por não ter sido atendido em várias de suas reivindicações após a Guerra do Paraguai (1865-1870), a adesão de fazendeiros escravistas descontentes com a abolição, entre diversos fatores, provocaram o golpe militar que instalou, em 15 de novembro de 1889, a República.

Com a República, o índio foi trocado pela *mulher heróica*, em uma alusão à *Marianne francesa*; uma mulher jovem e livre, em uma sociedade machista na qual muitas mulheres nem integravam a *paisagem pública*. "[...] no Brasil a alegoria fracassou, mesmo em sua versão positivista, inspirada em Clotilde de Vaux." (SCHWARCZ, 2.000, p. 475) Sem um eficiente respaldo cultural, mesmo uma manipulação simbólica tende a cair no vazio. O jeito foi ressuscitar Tiradentes.

No final do século XIX, parte da elite procurava caminhos para superar um regime decadente (a monarquia), mas desejava vias que concilhassem os interesses dos barões do café e daqueles que ansiavam pela industrialização. O positivismo do francês Augusto Comte

(1798-1857), que surgira com o objetivo de “analisar e exaltar o progresso das ciências experimentais, e propor uma reforma social conservadora, isto é, que mantivesse intacto o sistema político-econômico vigente” (CYRINO; PENHA, 1985, p. 26), caía como uma luva por conter idéias conservadoras e autoritárias no plano político-social<sup>3</sup> e, ao mesmo tempo, idéias progressistas quanto à possibilidade de as ciências solucionarem os problemas. A concepção positivista marcou, no Brasil, a política, a instrução escolar e diversas ciências (entre elas, a Geografia) em grande parte do século XX.

A influência do positivismo foi muito grande, tanto no campo científico quanto no campo político, até porque foi no contexto positivista que se deu a politização dos militares. A proposta comteana teve grande influência no período republicano, como podemos perceber, entre outros, no lema da bandeira nacional, nos governos autoritários formalmente liberais, na separação entre Igreja e Estado, no preconceito em relação ao saber popular, nas reformas educacionais privilegiadoras da matemática e das *ciências naturais*, na política trabalhista paternalista e repressora (do período Vargas, por exemplo), no crescente poder da tecnoburocracia e na política de “*segurança e desenvolvimento*” (dos governos militares). Também em alguns compositores, como demonstra a composição de 1933 chamada *Positivismo*, de Orestes Barbosa e Noel Rosa. Nela pode-se observar a relação feita com alguns temas importantes, como o domínio econômico inglês (a libra), a dívida externa, a cobrança de juros etc. A última estrofe não possui relação com as outras; foi uma resposta de Noel a seu parceiro Orestes, que havia reclamado para algumas pessoas de sua demora em colocar a letra.

#### POSITIVISMO (Orestes Barbosa/Noel Rosa)

A verdade, meu amor, mora num poço./ É Pilatos, lá na Bíblia, quem nos diz/ E também faleceu por ter pescoço/ O autor da guilhotina de Paris.

Vai, orgulhosa, querida/ Mas aceita esta lição/ No câmbio incerto da vida/ A libra sempre é o coração.

O amor vem por princípio, a ordem por base,/ O progresso é que deve vir por fim./ Desprezaste esta lei de Augusto Comte/ E fostes ser feliz longe de mim.

Vai, coração que não vibra,/ Com teu juro exorbitante,/ Transformar mais outra libra/ em dívida flutuante.

A intriga nasce num café pequeno/ Que se toma para ver quem vai pagar./ Para não sentir mais o teu veneno/ Foi que eu já resolvi me envenenar!

A República foi instalada em um momento de crescimento do prestígio popular da monarquia em virtude da Abolição. Depois desta, ex-escravos e até abolicionistas guardavam lealdade à monarquia e combatiam os republicanos; os descontentes eram setores significativos do Exército e as elites escravocratas, as que implantaram e sustentaram a monarquia. “O Treze de Maio redimiu 700 mil escravos, que representavam, a essa altura, um número pequeno no total da população, estimada em 15 milhões de pessoas.” (SCHWARZ, 2000, p. 437)<sup>4</sup> A elite *prejudicada* era, basicamente, os cafeicultores do Vale do Paraíba –

<sup>3</sup> Estes aspectos também ajudam a explicar a aceitação, por setores da elite do determinismo fisiográfico. Ele permitia ver o desequilíbrio regional como um fato natural, a pobreza como derivada da ausência de recursos naturais, o isolamento de determinados grupos como decorrente de, por exemplo, fatores geomorfológicos. Cumpriu bem o seu papel social: “convencer os homens à resignação em relação às disparidades regionais, dado que estas seriam antes de mais nada fatos naturais. [...] ... evitar a reflexão política sobre os desequilíbrios territoriais e em mascarar as escolhas de política territorial efetivas dos grupos dominantes.” (QUAINI, 1983, p. 44) Não foi somente para a classe dominante europeia que esta concepção foi importante.

<sup>4</sup> No primeiro censo, um ano após a Lei do Ventre Livre (1871), a distribuição regional dos escravos já se mostrava muito desigual: “o norte contava com apenas 37% dos escravos, contra 59% das quatro províncias cafeicultoras (incluindo a corte) e 7,3% das demais províncias do sul e do centro-oeste.” (SCHWARZ, 2000, p. 320) O censo de 1890 apontou 14.333.915 habitantes; se eram 700 mil os escravos, eles constituíam somente 4,8% do total da população em 1888.

que contavam com D. Pedro II para a manutenção da escravidão –, que vai agora se colocar contra o imperador e a favor dos republicanos. De nada adiantou premiar esses proprietários com títulos de baronato; a ausência de indenização selou o rompimento definitivo. Mas o maior descontentamento era do Exército e nele estavam os principais defensores do positivismo e, consequentemente, da República.

Como já se anotou, a identidade nacional brasileira foi forjada a partir do território. Um país escravocrata teria dificuldades em criar sua identidade com base em sua população, apesar de alguns setores positivistas acharem que a raça negra era superior. A existência da escravidão impedia a criação de uma sociedade civil ampla e anulava a possibilidade de cidadania de grande parte de seus habitantes. Além disso, economias regionais com vinculações essencialmente externas, com grande concentração fundiária – base da riqueza e do poder na época – e políticas clientelistas, forjavam identidades regionais. Estas dificultavam uma identidade nacional, criavam falsas sensações de solidariedade com base no local de nascimento ou vivência, e obscureciam a desigualdade de classes. O discurso regionalista também se baseava na fisiografia, e o preconceito inter-regional também possuía ranços deterministas e racistas.

O estudo das “*ideologias geográficas*” deste período ajuda a entender o processo de formação de nossa nacionalidade, uma obra “de conquista territorial, de apropriação do espaço, de exploração do homem e da terra. De construção de uma sociedade e de um território como elemento de identidade. De berço, o nacional é em muito o territorial.” (MORAES, 1988, p. 96) E, neste processo, a geografia escolar, trabalhando com as informações básicas sobre o país, atuava na criação de uma visão social e espacial dos poucos que freqüentavam a escola.

A tradução de algumas obras estrangeiras e o positivismo comteano provocaram uma renovação nos estudos geográficos no período republicano. Isso apesar de a proclamação da República ter sido um golpe militar, sem povo e sem rupturas significativas. Entretanto, a última década do século XIX e as três primeiras do seguinte podem ser consideradas, como diz Machado (1995), como “*uma época de redefinição da identidade nacional*”. Nesta redefinição buscou-se, no exterior, teorias que ajudassem a levar o Brasil ao grupo das nações *modernas*. Por isso, não deve ter sido coincidência o fato de as principais ideologias científicas importantes, como o darwinismo social e o positivismo, estarem impregnadas de idéias de mudança, de “*evolução*”. No entanto, havia um paradoxo: adotavam-se idéias “*modernas*”, de valores universais para toda a humanidade mas sem, muitas vezes, lutar contra práticas sociais tradicionais aqui existentes. Exemplificam isto os movimentos liberais do século XIX que eram anti-abolicionistas e os defensores dos grandes ideais republicanos que eram racistas. Mas a realidade existente forjou mudanças. Daí nem evolução nem revolução e, sim, conspiração, devendo a implantação republicana ser realizada por uma cúpula da elite para evitar convulsionar a sociedade.

O escritor Euclides da Cunha (1866-1909), procurando explicar o misticismo e o atraso dos moradores de Canudos (BA), afirmou:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na cauda dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. (CUNHA, 1982, p. 152-153)

A República, portanto, não modificou as bases organizativas de nossa sociedade. O caráter neocolonial da economia, a dependência externa, o poder das elites agrárias e as precárias condições de vida da maioria permaneceram. Entretanto, embora a estrutura sócio-econômica se mantivesse, surgiram elementos novos, como a hegemonia do sudeste do país, a nascente *burguesia industrial* e a necessidade de organizar o trabalho assalariado.

O estabelecimento da República, o crescimento urbano, a expansão das vias de comunicação (estradas de ferro, navegação com barcos a motor, melhoria dos portos, cabos telegráficos submarinos ligando-nos à Europa), os ideais de progresso, passaram a exigir novas idéias e novos saberes (o que provocou a valorização das engenharias e a procura de métodos pedagógicos voltados para a prática). Novos fixos e fluidos alteraram o espaço geográfico que, na visão miltonianiana, é um conjunto contraditório, uma reunião dialética de fixos e fluxos, “formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; [...] formado por um sistema de objetos e um sistema de ações.” (SANTOS, 1994, p. 110) É um espaço nacional requisita representações, símbolos, referências.

Nas representações sobre o território e sobre a população, o pensamento geográfico teve um papel significativo, pois

[...] esteve presente nos debates sobre a natureza físico-climática do território, a adaptação do indivíduo ao meio, as características raciais dos habitantes e as possíveis conseqüências desses aspectos sobre a formação social do povo brasileiro. Em síntese, a questão principal era o estabelecimento do potencial e dos limites da natureza física, social e política do país diante das idéias programáticas do “progresso”. Dela emerge como questão subordinada, mas não menos importante, o papel da imigração européia na mudança da composição étnica da população – majoritariamente negra e mestiça –, e como elemento (des)organizador da estrutura sócio-espaial do país. (MACHADO, 1995, p. 310-311)

Na formação do Estado Moderno, a soberania territorial era imprescindível. Diversos Estados plurinacionais, com línguas e culturas diferentes, foram criados. As fronteiras delimitavam uma área que se transformava em signo da identidade nacional, reforçando a necessidade da representação cartográfica. Era o território produzindo uma identidade; sua imagem unificava sentimentos patrióticos. Utilizando o significado da época, era uma “*pátria geográfica*”. Segundo o historiador Eric J. Hobsbawn, somente 2,5% dos que habitavam a península Itálica falavam a língua italiana, o que foi admitido pelo escritor e político Massimo d’Azeglio (1798-1866), um dos líderes do *Risorgimento* em sua famosa frase: “Nós fizemos a Itália, agora temos que fazer italianos.” (HOBSEBAWN, 1990, p. 56) *Risorgimento* é o nome do movimento literário e filosófico que se transformou em uma ideologia política que levou a Itália à sua unificação e à libertação do absolutismo. Hobsbawn, no mesmo parágrafo, cita a frase do marechal e político Józef Pilsudski (1867-1935), o *libertador* da Polônia, referindo-se aos camponeses que não se sentiam *poloneses*: “*É o Estado que faz a nação e não a nação que faz o Estado.*”

Aqui também existia um Brasil real e um Brasil metáfora. Foi clara a ligação existente entre o discurso geográfico e a construção da nação brasileira identificando-a com o Estado. Ideologias pseudo-evolucionistas permitiam descartar as outras nações existentes. Por isso, a natureza e a imagem cartográfica eram mais importantes no processo de identificação do que a população existente. Não foi somente uma disciplina a serviço do Estado, mas também um Estado que se apropriou de seu discurso para construir uma nação e tratá-la como sinônimo de Estado. Mas a República necessitava de novos símbolos. “O espaço de sacralidade cívica qualifica-se por possuir um conjunto de crenças, símbolos e cerimônias legitimados pela sociedade, mas sem possuir referências a poderes sobrenaturais.” (ROSENDAHL, 2003, p. 198)

A manipulação do imaginário social é importante em momentos de alteração política e social, em momentos em que há necessidade de redefinição de uma identidade coletiva.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. (CARVALHO, 1990, p. 10)

Não existe regime político que não promova um culto a seus heróis e que não tenha um panteão cívico. Um herói que se preze deve possuir a cara da nação; precisa responder a alguma aspiração coletiva e refletir um comportamento correspondente ao valorizado pelo grupo. Tentou-se vários para esse papel, mas ou não tinham o republicanismo como certo ou não possuíam a figura de herói ou dividiam a população. Parecia que a pouca densidade da passeata militar de 15 de novembro não tinha o terreno adequado para a germinação dos mitos pretendidos.

Um mito pode ser criado contra a evidência documental, pode ser feito em desacordo com certas narrativas históricas; o importante é o imaginário que se cria. Sobre Tiradentes pouco se sabe sobre sua aparência física – nenhum retrato dele foi pintado quando era vivo –, sobre sua personalidade e nem a respeito de seu verdadeiro papel na Inconfidência.

A Inconfidência Mineira era um tema delicado para o Reinado pois quem proclamou a Independência era neto de D. Maria I – que mandou executar Tiradentes –, o país era governado pela Casa de Bragança e os inconfidentes haviam pregado uma república. Tiradentes, quando foi enforcado, por força do longo período passado na prisão, tinha se modificado – talvez pela ação dos frades franciscanos – e possuía um fervor religioso. Não fez o brado de revolta e morreu com seu credo religioso nos lábios. Sobre ele disse Joaquim Norberto de Souza Silva, um historiador do Império: “Prenderam um patriota; executaram um frade!” (CARVALHO, 1990, p. 63)

Já existia um culto cívico a Tiradentes mas ele foi intensificado após a proclamação da República. No ano seguinte a ela, vinte e um de abril foi declarado feriado nacional. Na idealização de sua figura era acentuada sua semelhança a Cristo. Foi também traído por uma pessoa que se dizia amiga. Talvez um apelo à tradição cristã de nossa população. Ele ainda não passou a ação concreta, não exerceu a violência contra outras pessoas; sua violência revolucionária ficou no potencial. Mas não era mais óbvio ter sido Frei Caneca? Este era um sério competidor: “Herói de duas revoltas, uma pela independência, a outra contra o absolutismo do primeiro imperador, morrera também como mártir, fuzilado, pois nenhum carrasco se dispusera a enforcá-lo.” (CARVALHO, 1990, p. 67) Entretanto, Frei Caneca tinha se envolvido com lutas onde ocorrera sangue e morte, sua Confederação do Equador tinha pretensões separatistas, morreu como um herói desafiador e não como vítima; foi morto como um líder cívico e não como um mártir religioso.

Um dos fatores que podem ter levado à escolha de Tiradentes talvez seja o “*geográfico*”. Ele era o herói de uma área que já era o centro econômico e político do país – Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, as três áreas que o movimento pretendia, em um primeiro momento, que ficassem independentes – e onde foi mais forte o republicanismo. Além disso o esquartejamento, a distribuição de partes do corpo pelo caminho, foram importantes para o simbolismo do espalhamento do sangue do mártir. Ele servia para unir as pessoas em torno da Independência, da liberdade (inclusive da Abolição) e da República. Era o único que podia representar estes três momentos. Por isso não acabou sendo um herói republicano mas um herói nacional. Para tal situação sua imagem necessitava ser idealizada, fato facilitado por não se ter nenhuma descrição dele.

Cabe lembrar que, na década de 1960, o Teatro de Arena fez uma revisão de sua imagem, colocando-o como um *subversivo*. Uma lei de 1965 – portanto, dos militares –

“declarou Tiradentes patrono cívico da nação brasileira e mandou colocar retratos seus em todas as repartições públicas.” (CARVALHO, 1990, p. 71) E, inclusive, um dos movimentos guerrilheiros da década de 1970 adotou o seu nome (MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes). Houve também a gravação, por parte de Elis Regina, de um samba-enredo chamado *Exaltação a Tiradentes*, lançado no final de 1971 e que provocou alguns protestos de setores mais politizados. A gravação integrava um projeto coletivo da Philips, que se intitulava *Os maiores sambas-enredo de todos os tempos*. Em sua letra, apesar de muito curta, verifica-se como os dados criados sobre ele ficaram impregnados na população.

#### **EXALTAÇÃO A TIRADENTES** (Estanislau Silva/ Décio Antonio Carlos/ Penteado)

Joaquim José da Silva Xavier/ Morreu a vinte e um de abril/ Pela independência do Brasil/  
Foi traído e não traiu jamais/ A Inconfidência de Minas Gerais/ Foi traído e não traiu,  
jamais/ A Inconfidência de Minas Gerais

Joaquim José da Silva Xavier/ Era o nome de Tiradentes/ Foi sacrificado pela nossa  
liberdade/ Este grande herói/ Pra sempre deve ser lembrado.

A falta de uma identidade republicana e a persistente emergência de visões conflitantes ajudam também a compreender o êxito da figura de herói personificada em Tiradentes. O herói republicano por excelência é ambíguo, multifacetado, esquartejado. Disputam-no várias correntes; ele serve à direita, ao centro e à esquerda. Ele é o Cristo e o herói cívico; é o mártir e o libertador; é o civil e o militar; é o símbolo da pátria e o subversivo. A iconografia reflete as hesitações. Com barba ou sem barba, com túnica ou de uniforme, como condenado ou como alferes, contrito ou rebelde: é a batalha por sua imagem, pela imagem da República. (CARVALHO, 1990, p. 141)

A seu lado, talvez ainda seja a imagem de Nossa Senhora Aparecida a que melhor consiga dar um sentido de comunhão nacional à maioria da população brasileira.

O uso da alegoria feminina para representar a república na França foi marcante; após 1792 – ano da proclamação da República naquele país – ela dominou a simbologia cívica. Foi sendo modificada lentamente, e sua popularização veio com a figura de Marianne, um nome popular de mulher, representando diversas aspirações populares. Com o aumento da classe operária, surgiram novos símbolos – o operário de torso nu, a música Internacional –, o que modificou Marianne para símbolo somente da França.

No Brasil tentou-se utilizar Palas Atena, com sua feição guerreira mas se procurava buscar uma representação pois, para os positivistas, era a mulher que representava idealmente a humanidade. Comte chegou a manifestar o desejo de que o rosto de Clotilde de Vaux fosse o modelo. Aqui era difícil escolher u'a mulher como símbolo, dada a pouca participação das mesmas na vida política nacional. O que acabou acontecendo, logo no início dos anos republicanos, foi uma ridicularização, transformando a mulher heróica dos republicanos em prostituta. Por que fracassou a representação positivista da República como mulher?

A busca de explicação poderá ir em várias direções. Mas o centro da questão talvez esteja na observação já referida de Baczko de que o imaginário, apesar de manipulável, necessita, para criar raízes, de uma comunidade de imaginação, de uma comunidade de sentido. Símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultural no qual se alimentarem. Na ausência de tal base, a tentativa de criá-los, de manipulá-los, de utilizá-los como elementos de legitimação, cai no vazio, quando não no ridículo. (CARVALHO, 1990, p. 89)

Tentou-se um símbolo feminino, mas os positivistas desejavam que fosse Clotilde de Vaux; entretanto, grande parte da população cultuava Maria, considerada a mãe de Jesus.

Os obstáculos ao uso da alegoria feminina eram aparentemente intransponíveis. Ela falhava dos dois lados – do significado, no qual a República se mostrava longe dos sonhos de seus idealizadores, e do significante, no qual inexistia a mulher cívica, tanto na realidade como em sua representação artística. (CARVALHO, 1990, p. 96)

Aliás, muitos ficaram ressentidos com a República por ter separado Igreja e Estado e, por isso, os republicanos não deveriam utilizar Maria como símbolo. Mas foi usada como uma arma anti-republicana pela Igreja, que passou a incentivar o culto a ela, sobretudo de Nossa Senhora Aparecida. Em oito de setembro de 1904 ela foi coroada rainha do Brasil; em 1930, o papa Pio IX declarou-a padroeira do Brasil. A Igreja venceu, neste aspecto, o novo regime. “Além de deitar raízes na profunda tradição católica e mariana, apresenta a vantagem adicional de ser brasileira e negra, a léguas de distância da francesa e branca Clotilde.” (CARVALHO, 1990, p. 94)

As lutas pelo mito de origem, pela figura do herói e pela alegoria feminina eram importantes mas não eram uma exigência legal. Diferente foi a luta pela bandeira e pelo hino, pois deveriam ser estabelecidos pela legislação.

No caso da bandeira, a vitória pertenceu a uma facção, os positivistas, mas ela se deveu certamente ao fato de que o novo símbolo incorporou elementos da tradição imperial. No caso do hino, a vitória da tradição foi total: permaneceu o hino antigo. Foi também a única vitória popular no novo regime, ganha à revelia da liderança republicana. (CARVALHO, 1990, p. 109-110)

O inesperado ocorrido em 15 de novembro de 1889 fez com que os participantes não possuíssem um hino ou um símbolo para desfilar pelas ruas. Não havia uma bandeira própria. Como hino, cantavam simplesmente a *Marselhesa*<sup>4</sup>, um símbolo universal das revoluções; mas a bandeira tricolor da França tinha características nacionais.

A escolha da bandeira deixou os republicanos divididos; havia a bandeira dos Inconfidentes e, pelo menos, duas versões de bandeira que se inspiravam no modelo estadunidense. Uma delas, meio improvisada, foi levada às ruas em 15 de novembro. Nela havia, nas faixas horizontais, as cores verde e amarela da bandeira imperial; um quadrilátero de fundo negro – uma homenagem à raça negra –; e as estrelas eram brancas. (CARVALHO, 1990, p. 111) Havia também entusiasmo pelos EUA, mas toda a orientação dos republicanos era francesa. A escolha que parecia ser a mais lógica seria uma adaptação da bandeira dos Inconfidentes. Ocorreram diversas sugestões; mas os positivistas ortodoxos conceberam outro modelo, que foi desenhado pelo pintor e escultor Décio Vilares (1851-1931) e a enviaram ao governo provisório por meio de Benjamin Constant (1836-1891).

Na concepção da bandeira positivista, como em quase tudo, os ortodoxos seguiram as indicações de Comte. Segundo este, na primeira fase da transição orgânica da humanidade deveriam ser mantidas as bandeiras vigentes, com o acréscimo da divisa política “Ordem e progresso”. Tomaram então a bandeira imperial, conservaram o fundo verde, o losango amarelo e a esfera azul. Retiraram

<sup>4</sup> A *Marselhesa* foi “composta em abril de 1792 por Rouget de Lisle como o ‘Canto de guerra para o exército do Reno’, ainda antes da proclamação da República, quando a França acabara de declarar guerra ao rei da Hungria e da Boêmia.” (CARVALHO, 1990, p. 122) Foi cantada, ao longo do percurso, pelos federados marseheses quando partiram para Paris e quando invadiram as Tulherias, depuseram a Monarquia e proclamaram a República. Esta é a razão de seu nome pois era a canção dos marseheses, adotada como hino oficial em 1794.

da calota os emblemas imperiais: a cruz, a esfera armilar, a coroa, os ramos de café e tabaco. As estrelas que circulavam a esfera foram transferidas para dentro da calota. A principal inovação, a que gerou maior polêmica, a que ainda causa resistência, foi a introdução da divisa "Ordem e Progresso" em uma faixa que, representando o zodíaco, cruzava a esfera em sentido descendente da esquerda para a direita. (CARVALHO, 1990, p. 112-113)

A justificação foi de que era o passado ligando o presente e o futuro. Forçavam tanto que procuraram, inclusive, associar o verde da bandeira à nossa filiação com a França; ele "representaria a esperança e a paz inauguradas pela Revolução Francesa. Os atacantes da Bastilha levaram como emblema folhas verdes arrancadas às árvores do Palais Royal." (CARVALHO, 1990, p. 114) Ocorreram, é claro, críticas à nova bandeira mas ela foi adotada por lei em 19 de novembro. Houve, inclusive, um projeto apresentado ao Congresso Nacional em 1892 que pretendia retirar a divisa positivista e substituir as estrelas pelas armas da República. De qualquer modo, se teve mais respeito pela bandeira do que pela figura feminina.

Principalmente pela reação popular, manteve-se o velho hino de Francisco Manuel da Silva, que já se enraizara na tradição popular, já era um símbolo da nação. Houve então um concurso para se escolher o hino da proclamação da República e não um hino nacional pois este já existia. Ganhou a composição de Leopoldo Miguez – que na frase inicial contém um compasso da *Marselhesa* –, que recebeu letra de Medeiros e Albuquerque (*Liberdade! Abre as asas sobre nós*), e ao velho hino de Francisco Manuel da Silva foi dada uma nova letra, de Osório Duque Estrada, pois a letra original já estava há muito tempo em desuso. O hino nacional acabou se tornando realmente um símbolo nacional e é isso que se pede a um símbolo nacional: "a capacidade de traduzir o sentimento coletivo, de expressar a emoção cívica dos membros de uma comunidade nacional." (CARVALHO, 1990, p. 127)

Estes fatos que ocorreram com a bandeira e com o hino corroboram que a República brasileira não possuía densidade popular para refazer o imaginário nacional. Suas raízes eram poucas e grande parte da população tinha se alheado do movimento, quando não o hostilizava. Por isso o esforço para recriar o imaginário caiu no vazio ou encontrou resistências.

Só quando se voltou para tradições culturais mais profundas, às vezes alheias à sua imagem, é que conseguiu algum êxito no esforço de se popularizar. Foi quando apelou à Independência e à religião, no caso de Tiradentes; aos símbolos monárquicos, no caso da bandeira; à tradição cívica, no caso do hino. (CARVALHO, 1990, p. 128)

Comte acreditava que "A raça negra seria superior à branca por se caracterizar, como as mulheres, pelo predomínio do sentimento, ao passo que a raça branca era marcada pela razão." (CARVALHO, 1990, p. 131) Os latinos também representariam o lado feminino da humanidade, eram os portadores do progresso moral; entre eles, "A França seria 'le pays central', e Paris, a cidade central. Os templos positivistas deveriam ser construídos voltados para Paris, [...]". (CARVALHO, 1990, p. 131) Entretanto, os republicanos

Não foram capazes de criar um imaginário popular republicano. Nos aspectos em que tiveram algum êxito, este se deveu a compromissos com a tradição imperial ou com valores religiosos. O esforço despendido não foi suficiente para quebrar a barreira criada pela ausência de envolvimento popular na implantação do novo regime. Sem raiz na vivência coletiva, a simbologia republicana caiu no vazio, como foi particularmente o caso da alegoria feminina. (CARVALHO, 1990, p. 141)

De qualquer modo, existe uma espécie de experiência político-religiosa associada a diversos símbolos coletivos, como bandeira, hino, heróis etc. e também a valores socializados – como nação, ordem, progresso – que funcionam mais pelo seu aspecto ideológico do que real. “A sacralização de normas, valores e idéias que simbolizam o poder político deve ser celebrada no espaço. Uma estátua, um túmulo ou outras formas espaciais devem ser construídas, para transmitir valores às futuras gerações por meio de celebrações cívicas.” (ROSENDAHL, 2003, p. 198)

Também existem grupos que fazem humor em cima destes valores, destas normas que foram caracterizadas como sendo nação brasileira. É o caso do grupo paulista Premeditando o Breque (depois conhecido como Premê) que compôs e gravou a música *Bem Brasil* em 1985 no LP *O melhor dos iguais*. Ela se inicia com um trecho da carta de Pero Vaz Caminha ao rei de Portugal (é o nosso primeiro documento geográfico escrito?) na qual realçava a natureza e afirmava que a missão do Rei era tentar salvar os que aqui moravam, ou seja, convertê-los ao catolicismo.

Depois, satirizavam a forma do país, a mistura dos povos que para cá vieram, a fome existente no país. Deus é brasileiro, afirmavam, e misturavam outros *deuses*, inclusive o cantor Roberto Carlos, o *rei do ié-ié-ié*. Neste Brasil abençoado todos retiravam alguma coisa; neste país que desejava ser uma potência nuclear e que vivia, segundo a propaganda do período militar, em paz enquanto o mundo se envolvia em diversos problemas. E terminavam com a citação de que é um país continente, fato enaltecido por Aroldo de Azevedo (1910-1974), mas que na verdade era um quintal, sem dizer que era de algum país do norte da América.

**BEM BRASIL** (Claus Petersen, Marcelo Galbetti, Mário Manga,  
Oswaldo Luiz e Wandí Doratotto = Premeditando o Breque)

*“E en tal maneira hé graciosa/ Que querendo a aproveitar darse a neela tudo/ per bem das ágoas que tem/ Paro o mjlhor fruto que neela se pode fazer/ Me parece que será salvar esta jemte/ E esta deve ser a principal semente que Vosa Alteza/ Em ela deve lamçar”.* (Pero Vaz de Caminha)

Há 500 anos sobre a terra/ Vivendo com o nome de Brasil/ Terra muito larga e muito extensa/

Com a forma aproximada de um funil

Aquarela feita de água benta/ Onde o preto e o branco vem mamar/ O amarelo almoça até polenta/ E um resto de vermelho a desbotar

Sofá onde todo mundo senta/ Onde a gente sempre põe mais um/ Oh! berço esplendido agüenta/ Toda essa galera em jejum

Apesar de Deus ser brasileiro/ Outros deuses aqui tem lugar/ Thor, Exu, Tupã, Alá, Oxóssi/ Zeus, Roberto, Buda e Oxalá

Aqui não tem terremoto/ Aqui não tem revolução/ É um país abençoado/ Onde todo mundo põe a mão

Brasil, potência de neutrons/ 35 watts de explosão/ Ilha de paz e prosperidade/ Num mundo conturbado/ E sem razão

A mulher mais linda do planeta/ Já disse o poeta altaneiro/ Que o seu rebolado é poesia/ Salve o povão brasileiro

Mais do que um piano é um cavaquinho/ Mais do que um bailinho é o carnaval/ Mais do que um país é um continente/ Mais que um continente é um quintal

Aqui não tem terremoto/ Aqui não tem revolução/ É um país abençoado/ Onde todo mundo mete a mão

Brasil, potência de neutrons/ 35 watts de explosão/ Ilha de paz e prosperidade/ Num mundo conturbado e sem razão

O ano do centenário da Independência foi bastante significativo. Ocorreu a criação do Partido Comunista Brasileiro, que passará a liderar os sindicatos mais combativos. Houve a Revolta do Forte de Copacabana, a primeira das chamadas lutas tenentistas, uma rebelião de oficiais de baixa patente, descontentes com a situação política do país<sup>5</sup>. Teve a Semana de Arte Moderna em São Paulo que, se pouco representou na época, colocou em discussão diversos problemas brasileiros<sup>6</sup>; o lançamento, no Planalto Central, da pedra fundamental da futura capital federal; e a eleição do mineiro Artur Bernardes, que governou (1922-1926) sob *estado de sítio*.

Em 1928, em uma demonstração da força que o setor industrial estava adquirindo, foi criado o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), com um perfil que permanecerá por décadas: contra a intervenção do Estado nas relações com o trabalho e a favor da intervenção na política tarifária protecionista. Nas eleições de março de 1930, venceu o candidato situacionista. O descontentamento dos oposicionistas e dos *tenentes* foi grande e, aproveitando o assassinato, em julho, do vice da chapa do gaúcho Getúlio Vargas (1883-1954), o paraibano João Pessoa (1878-1930), depuseram em outubro o presidente e, por conseguinte, a oligarquia paulista. Esta já estava sofrendo as consequências da queda dos preços do café em decorrência da crise do capitalismo mundial iniciada em outubro de 1929. O golpe de 1930 significou o fim da República Velha, da chamada incorretamente política do *café-com-leite*, e inaugurou uma nova fase no país.

O projeto nacional que se pretendia edificar passava por uma concepção que incluía uma certa recusa de importações culturais, vista como importante para a afirmação da identidade nacional.

Como a identidade nacional ainda não se apresentava cristalizada, procurava-se forjá-la através da figura de um Estado tutelador da cultura. Daí o projeto de resgate folclórico de Mário de Andrade e o elenco de cantos orfeônicos de Villa Lobos, ambos integrados ao programa nacionalista do governo Vargas. (ANDREUCCI; OLIVEIRA, 2002, p. 31)

A Polícia Política estava organizada no período Vargas para vigiar e reprimir aqueles que se desviassem do modelo imposto. Existiam, é claro, militantes da resistência que não

<sup>5</sup> O nome do movimento (Tenentismo) foi porque os oficiais eram sobretudo tenentes; eles eram contrários à postura dos oficiais superiores quanto ao papel do Exército. Consolidada a República, houve um relativo afastamento do Exército, com exceção do governo Hermes da Fonseca (1910-1914), da vida política e uma mudança no perfil do mesmo, com o ingresso de muitos elementos da classe média, que se profissionalizaram como militares e formaram um grupo razoavelmente coeso e contrário à alta oficialidade, que se identificava com as oligarquias civis. Enquanto, para estes, o Exército deveria ser o guardião do regime, fora da política, para os tenentes ele deveria ser o "o agente purificador do regime" quanto este se mostrava faccioso e incapaz de prover as necessidades da população (NADAI; NEVES, 1991, p. 211). Com um programa pouco claro, que se revelava genericamente "*nacionalista, liberal e reformista*", defendia pontos como a "*verdade eleitoral*" (secreto e sem fraudes), a estabilidade econômica (rígido controle das finanças, contenção dos empréstimos externos, controle da inflação) e proteção aos produtos nacionais, acabando com o privilégio do setor cafeeiro ((NADAI; NEVES, 1991, p. 211). Dois anos depois, no aniversário do Levante de Copacabana (5 de julho), eclodiu a revolta tenentista em São Paulo, da qual integrantes, após um mês de luta na cidade, foram para o interior do país e se juntaram a revoltosos do sul do país, comandados por Luís Carlos Prestes (1898-1990), formando a famosa Coluna Prestes, que percorreu mais de 24000 km em território brasileiro durante 647 dias e foi derrotada no início de 1927.

<sup>6</sup> A Semana de Arte Moderna, além de estabelecer uma diretriz estética, a Antropofagia, ajudou a varrer alguns determinismos pessimistas, lembrou que o Brasil tinha "um passado de invenção e beleza, que necessitava ser revelado ou revalorizado – como o Barroco mineiro. E tinha um presente riquíssimo, o seu povo. O caipira não era incapaz de arte. O mestiço do litoral não era um desfibrado. Nem o sertanejo, um seco fanático." (SILVA, 2000, p. 25)

participavam do circuito oficial de cultura mas agiam através de bens culturais<sup>7</sup>. O Estado vai proibir na musica a exaltação à malandragem, incentivar a valorização do trabalho e apoderar-se de manifestações populares como o Carnaval, pressionado escolas de samba a criarem enredos que exaltassem a grandeza nacional.

A ausência de escolaridade de boa parcela dos brasileiros, aliada ao baixo conhecimento de nossa história, pode ser exemplificada pela letra de *O samba do crioulo doido*, uma música lançada em 1968 pelo Quarteto em Cy. Feita com humor, demonstrava isto inclusive gozando dos sambas-enredo, como dizia o próprio autor, Sérgio Porto (Stanislaw Ponte Preta) na introdução da gravação. Demonstra a confusão que muitos compositores fazem de nossa história, derivada muitas vezes de próprios livros didáticos.

#### O SAMBA DO CRIOULO DOIDO (Sérgio Porto)

Introdução: “*Este é o samba do crioulo doido. A história de um compositor que durante anos obedeceu o regulamento e só fez samba sobre a história do Brasil. Em torno de Inconfidência, Abolição, Proclamação, Chica da Silva, e o coitado do crioulo tendo que aprender tudo isto para o enredo da escola. Até que no ano passado escolheram um tema complicado: Atual Conjuntura. Aí o crioulo endoidou de vez e saiu este samba.*” (Stanislaw Ponte Preta)

Foi em Diamantina/ Onde nasceu JK/ Que a princesa Leopoldina/ Arresolveu se casá/  
Mas Chica da Silva/ Tinha outros pretendentes/ E obrigou a princesa/ A se casar com  
Tiradentes.

Lá iá lá iá lá iá/ O bode que deu vou te contar/ Lá iá lá iá lá iá/ O bode que deu vou te  
contar

Joaquim José/ Que também é/ Da Silva Xavier/ Queria ser dono do mundo/ E se elegeu  
Pedro II/ Das estradas de Minas/ Seguiu pra São Paulo/ E falou com Anchieta/ O vigário  
dos índios/ Aliou-se a Dom Pedro/ E acabou com a farsa/ Da união deles dois/ Ficou  
resolvida a questão/ E foi proclamada a escravidão/ E foi proclamada a escravidão

Assim se conta essa história/ Que é dos dois a maior glória/ A Leopoldina virou trem/ E  
Dom Pedro é uma estação também/ O, ô, ô, ô, ô, ô/ O trem tá atrasado ou já passou

Em agosto de 1939, Francisco Alves (1898-1952) gravou a música *Aquarela do Brasil* com orquestra, sob a regência do maestro Radamés Gnattali. “Foi a primeira vez no Brasil que os instrumentos de sopro foram executados em ritmo de samba.” (CABRAL, 1996, p. 73) Lançado em disco de 78 rpm pela Odeon, teve um enorme sucesso e se converteu em símbolo nacional. Foi exportado para inúmeros países e gravado por diversos intérpretes, tanto brasileiros quanto estrangeiros; por exemplo, em 1941 foi incluído no desenho *Aldo, amigos*, de Walt Disney. O autor, Ary Barroso (1903-1964), foi movido por um impulso nacionalista; aqui exaltava a grandeza, a exuberância da terra – que considerava promissora –, a gente boa, trabalhadora, pacífica que amava a terra onde tinha nascido.

Este samba-exaltação mostrava um país sem problemas, sem contrastes, lindo, com belezas naturais incomparáveis. Não é a toa que data do período do Estado Novo (1937-45), dominado pela censura e pela necessidade de exaltar a pátria. Embora “[...] não contivesse referência alguma ao regime estado-novista, ela exalava o espírito oficial da época ao cantar nos seus versos ‘esse Brasil lindo e trigueiro/ És meu Brasil brasileiro.’” (PARANHOS, 1999, p. 82) Encontra-se aí a valorização da natureza – luar, fontes murmurantes, coqueiro,

<sup>7</sup> Por exemplo, Monteiro Lobato (1882-1948), de sua escrita foi solicitada “a apreensão de seu livro ‘Peter Pan’, apontado como perigoso à Segurança Nacional. Lobato era acusado de utilizar ‘doutrinas exóticas’, ‘práticas deformadoras do caráter’, ‘licenciosidade intelectual’, atentando contra os princípios nacionais.” (ANDREUCCI; OLIVEIRA, 2002, p. 35)

coco –, elogios ao país – Terra de Nosso Senhor, terra boa e gostosa, trigueiro, Brasil que dá samba, meu amor –, a seu povo – mãe preta, rei congo, mulato inzoneiro, morena sestrosa – e diz de um passado no qual fala dos negros mas não claramente da escravidão. Termina com um final ufanista.

#### **AQUARELA DO BRASIL (Ary Barroso)**

Brasil, meu Brasil brasileiro/ Meu mulato inzoneiro/ Vou cantar-te nos meus versos  
Ó Brasil, samba que dá/ Bamboleio, que faz gingar/ Ó Brasil do meu amor/ Terra de Nosso Senhor/ Brasil, pra mim, pra mim, pra mim.  
Ó abre a cortina do passado/ Tira a mãe preta do cerrado/ Bota o rei congo no congado/ Brasil!, pra mim/ Deixa cantar de novo o trovador/ A merencória luz da lua/ Toda canção do meu amor/ Quero ver essa dona caminhando/ Pelos salões arrastando/ O seu vestido rendado/ Brasil, pra mim, pra mim  
Brasil!/ Terra boa e gostosa/ Da morena sestrosa/ De olhar indiferente  
O Brasil, samba que dá/ Bamboleio, que faz gingar/ Ó Brasil, do meu amor/ Terra de Nosso Senhor/ Brasil, pra mim, pra mim  
O esse coqueiro que dá coco/ Onde amarro a minha rede/ Nas noites claras de luar/ Brasil, pra mim/ Ah, ouve estas fontes murmurantes/ Onde eu mato a minha sede/ E onde a lua vem brincar/ Ah, esse Brasil lindo e trigueiro/ É o meu Brasil brasileiro/ Terra de samba e pandeiro/ Brasil, pra mim, pra mim, Brasil ...

Em 1978, em uma relação com *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, Aldyr Blanc e Maurício Tapajós lançam, na voz do Quarteto em Cy – e também foi gravada por Elis Regina – a música *Querelas do Brasil*. Brazil com z da letra desta música é uma referência aos estrangeiros ou à parcela elitista de nossa sociedade. Elenca diversas características naturais do país, ao lado de crenças (como saci pererê), de personalidades (Tom Jobim, Guimarães Rosa, o crítico José Ramos Tinhorão, entre outras), cidades (Nova Iguaçu), bairros ou times de futebol (como Olaria, Bangu, Madureira) e praias conhecidas, ao mesmo tempo em que pede socorro.

#### **QUERELAS DO BRASIL (Maurício Tapajós/ Aldir Blanc)**

O Brazil não conhece o Brasil/ O Brasil nunca foi ao Brazil  
Tapir, jabuti, liana, alamandra, alialaúde/ Piauí, ururau, aquiataúde/ Piá, carioca, porekramekrã/ Jobim, akarore e jobim açu/ Oh, oh, oh/ Pererê, camará, tororó, olererê/ Piriri, ratatá, karatê, olará  
O Brazil não merece o Brasil/ O Brazil tá matando o Brasil  
Jereba, saci, caandrades, cunhãs, aririnha, aranha/ Sertões, guimarães, bachianas, águas/ E marionáima, ariraribóia/ Na aura das mãos do jobim açu/ Oh, oh, oh/ Jererê, sarará, cururu, olerê/ Ratatá, bafafá, sururu, olará  
Do Brasil S.O.S. ao Brasil/ Tinhorão, urutu, sucuri/ O Jobim, sabiá, bem-te-vi/ Cabuçu, Cordovil, Caxambi, olerê/ Madureira, Olaria e Bangu, olará/ Cascadura, Água Santa, Pari, olerê/ Ipanema e Nova Iguaçu, olará/ Do Brasil S.O.S. ao Brasil

Após o suicídio de Vargas (1954) tivemos eleições, que levaram à presidência Juscelino Kubitschek (JK). Em 1956 foi publicada uma obra fundamental de nossa literatura: *Grande Sertão: Veredas*. Outros sertões foram apresentados aos brasileiros, os sertões de Minas Gerais. João Guimarães Rosa (1908-1967) percorreu ali sobre um Brasil não litorâneo, onde o tempo flui mais lento e um linguajar peculiar quase beira ao dialeto. Relevo, hidrografia, clima e vegetação da região foram ali descritos, caracterizando a variedade daquela unidade. Ao contrário de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (1892-1953), temos aqui uma profusão

de nomes de lugares, a maioria identificáveis em um bom Atlas; alguns, talvez, nunca existiram, mas foram necessários à composição de símbolos por parte do autor.

O período JK, posteriormente rotulado de *anos dourados*, apesar das crises, foi marcante. O novo Brasil, que se pretendia moderno e industrial, construía uma nova capital; também ganhava um novo padrão de música popular: a Bossa Nova. Na poesia surge o Concretismo e, depois, a poesia de dimensão social. A euforia desenvolvimentista teve aliados como a vitória na Copa do Mundo de 1958 (até que enfim éramos realmente o *país do futebol*) e em outros esportes como basquete, boxe, tênis feminino; no concurso de Miss Universo, quase ganhamos. O futebol é um dos elementos integrantes de nossa nacionalidade e a vitória na Suécia em 1958 foi fundamental, inclusive para diminuir um complexo de inferioridade.

**A TAÇA DO MUNDO É NOSSA** (L. Muller/Maugeri S./V. Braga/W. Maugeri)

A taça do mundo é nossa/ Com brasileiro não há quem possa/ Êh eta esquadrão de ouro/  
É bom no samba, é bom no couro (Bis)

O brasileiro lá no estrangeiro/ Mostrou o futebol como é que é/ Ganhou a taça do  
mundo/ Sambando com a bola no pé/ Gooool!

A taça do mundo é nossa/ Com brasileiro não há quem possa/ Êh eta esquadrão de ouro/  
É bom no samba, é bom no couro.

Sobre parte do papel do futebol no Brasil é que trata a letra de Fernando Brant na música *Aqui é o país do futebol*, feita em 1970 para o filme brasileiro *Tostão, a fera de ouro* (direção: Paulo Lender e Ricardo G. Leite). Muitas cidades, durante certos jogos nas tardes de domingo, ficavam sem gente passeando, pois muitos estavam colados ao rádio para ouvir a transmissão. Mas também era um fator de alienação, principalmente quando o time do coração ganhava o jogo.

**AQUI É O PAÍS DO FUTEBOL** (Milton Nascimento/ Fernando Brant)

Brasil está vazio na tarde de Domingo, né?/ olha o sambão, aqui é o país do futebol.

No fundo deste país/ ao longo das avenidas/ nos campos de terra e grama/ Brasil só é  
futebol/ nestes noventa minutos/ de emoção e alegria/ esqueço a casa e o trabalho/ a  
vida fica lá fora/ a fome fica lá fora/ e tudo fica lá fora ...

Brasil está vazio na tarde de Domingo, né?/ olha o sambão, aqui é o país do futebol.

JK não elegeu seu sucessor. As eleições foram ganhas por Jânio Quadros (1917-1992; presidente de 31/01 a 25/08 de 1961), com seu discurso autoritário, rebuscado e moralista, e seu populismo barato. Instável e sem maioria no Congresso, conseguiu, com suas medidas, descontentar os principais partidos, inclusive a direita que o apoiou. Tentou o golpe da renúncia para conseguir plenos poderes para governar um país mais urbano e industrial, com uma economia mais internacionalizada, uma inflação elevada e a desigualdade social e regional ampliada. Sua *renúncia*, em agosto de 1961, foi uma tentativa de voltar, com plenos poderes e o Congresso Nacional fechado. Mas não ocorreu a reação popular por ele esperada.

Em setembro de 1961, sob regime parlamentarista, João Goulart (Jango) assumiu graças a adoção do regime parlamentar (emenda constitucional nº 4). O período parlamentarista foi tumultuado (três primeiros-ministros, aceleração do processo inflacionário, aumento do déficit público) e durou somente um ano e meio. Um plebiscito, em janeiro de 1963, decidiu pela volta do presidencialismo. Frente ao fracasso de seu Plano Trienal de Desenvolvimento (apresentado logo após a volta ao presidencialismo), Jango optou pelas chamadas *Reformas de Base*, apresentadas no comício realizado em 13 de março de 1964, na cidade

do Rio de Janeiro. Ali mesmo assinou uma série de decretos e, entre eles, o que criava a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), o que encampava todas as refinarias partilhadas de petróleo, o da reforma universitária, o da reforma bancária, o que regulava o preço dos aluguéis, em sua tentativa de construção de um capitalismo menos injusto e de base nacional. Terminou seu discurso reafirmando os seus propósitos de lutar

[...] pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil. (DANTAS FILHO; DORATIOTO, 1991, p. 64)

A crise econômica, a possibilidade de um governo nacionalista e redistributivista, a mobilização popular, as tentativas de controle do capital estrangeiro e de reforma agrária, entre outros, levaram as Forças Armadas, os setores conservadores da Igreja Católica e os setores empresariais nacionais e estrangeiros em aliança com as oligarquias tradicionais, a derrubarem o governo constitucional e a *ameaça comunista*, em nome da *família*, da *propriedade* e da *civilização ocidental cristã*. Os governos militares vão procurar, com repressão violenta aos opositores, consolidar e aperfeiçoar o modelo econômico implantado na segunda metade da década de 1950. O país se aliou claramente à potência que liderava o bloco capitalista e sua política externa permaneceu dependente da mesma; ocorreu também a *"homogeneização tática e ideológica das Forças Armadas"* (ANDRADE, 1989, p. 47). No entanto, até 1968 houve um certo espaço para o *grito*; a censura não era tão violenta como foi a partir do Ato Institucional N.º 5, de 13 de dezembro de 1968.

Na década de 1960, foi criado o Centro Popular de Cultura, com o objetivo de fazer arte com e para o povo. Neste processo, lançou um disco, cognominado *O povo canta*, no qual colocava algumas canções *"politizadas"* em uma tentativa de fazer uma comunicação mais eficaz com a população e que, ao mesmo tempo, a esclarecesse a respeito de alguns problemas que a atingiam diretamente. O sentido das letras era o do compositor que se fazia intérprete de sentimentos populares e que, através destas letras, o induzisse a perceber as causas dos problemas. Deliberadamente se partia de fatos reais, de problemas do cotidiano da maioria. Tinha, portanto, uma função didática.

Deste disco, destaca-se a canção *O subdesenvolvido*, feita por Carlos Lyra e Francisco de Assis, que trata com humor da situação do país, iniciando com sua beleza naturais, fazendo referências ao *Gigante pela própria natureza* do Hino Nacional, demonstrando que na verdade ele era um anão, era um país subdesenvolvido, termo que se popularizou naquela década. Em seguida, colocava as questões como *quintal* de outras economias, do domínio do *latifúndio*, da presença do capital estrangeiro que aproveitava do trabalho aqui realizado, fez referência à Inglaterra (*Ilha Velha, Big Ben*) e de sua presença em companhias de energia elétrica e de transporte de bondes e trens, da presença dos EUA (*País Amigo*) – a quem se refere como americano e não estadunidense –, à sua presença marcante do ponto de vista econômico e cultural, para encerrar dizendo o que acha da personalidade nacional. É uma letra muito interessante pelos temas que analisa e por ser reflexo de uma visão da arte no período em que foi composta.

#### **O SUBDESENVOLVIDO** (Música: Carlos Lyra; letra: Francisco de Assis)

O Brasil é uma terra de amores/ Alcatifada de flores/ Onde a brisa fala amores/ Nas lindas tardes de abril/ Correias pras bandas do sul/ Debaixo de um céu anil/ Encontrareis um gigante deitado/ Santa Cruz/ Hoje o Brasil

Mas um dia o gigante despertou/ Deixou de ser gigante adormecido/ E dele um anão se levantou/ Era um país subdesenvolvido

Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido (bis)  
E passado o período colonial/ O país passou a ser um bom quintal/ E depois de dada a conta a Portugal/ Instaurou-se o latifúndio nacional  
Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido (bis)  
Então o bravo povo brasileiro/ Em perigos e guerras esforçado/ Mais que prometia a força humana/ Plantou couve, colheu banana/ Bravo esforço do povo brasileiro/ Mandou vir capital lá do estrangeiro.  
Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido (bis)  
As nações do mundo para cá mandaram/ Os seus capitais tão desinteressados/ As nações, coitadas, queriam ajudar, não é? / E aquela Ilha Velha não roubou ninguém/ País de pouca terra só nos fez um bem/ Um Big Bem, um Big Ben/ Ben – Ben/ Ben – Ben/ Nos deu luz (Ah!)/ Tirou ouro (Oh ...)/ Nos deu trem (Ah!)/ Mas levou nosso tesouro  
Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido (bis)  
Mas data houve em que se acabaram/ Os tempos duros e sofridos/ Pois um dia aqui chegaram/ Os capitais dos Países Amigos/ País amigo, desenvolvido/ País amigo, país amigo/ Amigo do subdesenvolvido/ País amigo, país amigo/ E os nossos amigos americanos/ Com muita fé, com muita fé/ Nos deram dinheiro e nós plantamos/ Só café, só café. Bento que bento é frade/ Na boca do forno – forno / Tirai um bolo – bolo/ Fareis tudo que seu mestre mandar? / Faremos todos, faremos todos/ Começaram a nos vender e nos comprar/ Comprar borracha – vender pneu/ Comprar minério – vender navio/ P'ra nossa vela – vender pavião/ Só mandaram o que sobrou de lá./ Matéria plástica, que entusiástica, que coisa elástica, que coisa drástica/ Rock balada, filme de mocinho/ Ar refrigerado e chiclet de bola/ E coca-cola  
Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido (bis)  
O povo brasileiro tem personalidade/ Não se impressiona com facilidade/ Embora pense como americano/ “*I’m going to kill that indian before he kills me*” / Embora dance como americano/ Embora cante como americano/ “Eh boi/ Eh roçado bão/ O melhor do meu sertão/ Comero o boi”  
Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido/ Subdesenvolvido (bis)  
O povo brasileiro embora pense/ Dance e cante como americano/ Não come como americano/ Não bebe como americano/ Vive menos, sofre mais/ Isso é muito importante/ Muito mais do que importante/ Pois difere o brasileiro dos demais/ Personalidade, personalidade, personalidade/ Sem igual/ Porém/ Subdesenvolvida/ Subdesenvolvida/ Essa é que é a vida nacional.

O modelo implantado exigiu uma redefinição do papel do Estado. Entretanto, nos vinte anos de governo militar, esse papel foi alterado pois um *sistema capitalista* não se implanta com as mesmas características, mesmo em países dependentes, pois carrega em seu bojo as contradições, as características diversas, da realidade em questão. E, dada a nossa história como espaço complementar das economias metropolitanas, centrais, não possuímos um passado ideal que pudesse nos servir de guia. Talvez daí a necessidade de se apelar para um *futuro grandioso* pois ele é algo a vir, aberto, otimista; e quem pode ser contra um belo futuro? Quem não quer o progresso? Todavia, para o poder estatal, ele só pode ser alcançado com ordem: sem ordem não há progresso, diz o lema positivista e o pendão nacional. Modernizado, este lema foi transformado em *desenvolvimento com segurança*.

Em agosto de 1969, houve o afastamento de um general-presidente (Costa e Silva) e a nomeação de outro (Garrastazu Médici). Começou o período conhecido como *milagre brasileiro* ou *anos de chumbo*. O aumento da miséria em pleno *milagre econômico* foi atestado por uma ampla pesquisa sobre a alimentação, realizada pelo IBGE, em meados de 1974, intitulada Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF). A partir do ano de 1974, o *milagre*

começou a ter problemas e, dez anos depois, o período militar chegou ao fim. Entretanto, deixou tristes marcas, que ajudam a explicar a realidade até os dias atuais.

A crise do futebol pós-70, assim como da música popular, da literatura, do teatro, do movimento sindical, da universidade e de outras áreas, não podem ser desvinculadas do momento vivido pelo país. Em um modelo político-econômico que já não dependia tanto de uma *política de massas*, a rebeldia devia ser punida, e ser moderno era estar em dia com os modismos externos. Havia o autor da moda e o desprezo ao *ultrapassado*. Em muitos campos não se conseguiu fazer o que o povo realizou com o futebol: sobre um conhecimento importado criar algo novo, com a nossa cara, útil para a transformação, do aqui subvivido, em uma sociedade menos injusta, mais humana.

As informações, assim como a própria ciência, sofriam com a censura. A televisão, com a seleção das imagens, criava a versão desejada sobre a realidade. Nos jornais, a seleção começava na elaboração da pauta, no que devia ser perguntado e escrito sobre o assunto e na apresentação de uma só versão, a das fontes oficiais. Isso sem contar com a “autocensura, seqüela quase inevitável da censura direta” (ROSSI, 1994, p. 48), com o jornalista dando preferência à declaração e não à informação.

Antes do Ato Institucional n.º 5, em 1967, Gilberto Gil e Torquato Neto fizeram a música *Marginália II*, já como participantes do movimento Tropicalista, cuja letra, de Torquato, retratava a visão triste que possuíam do país. Assumiam que moravam no Terceiro Mundo, retomavam a presença das palmeiras do poema de Gonçalves Dias (1823-1864), o *Yes! Nós temos bananas* da música composta em 1937 por João de Barro (Braguinha) e Alberto Ribeiro – porque se considerava muitos países subdesenvolvidos como Repúblicas das Bananas –, falavam da fome e do medo, este reduzido já que podia acabar tudo, o que era a ameaça da Guerra Fria no período. Uma visão pessimista do país.

#### MARGINÁLIA 2 (Gilberto Gil/ Torquato Neto)

Eu, brasileiro, confesso/ Minha culpa, meu pecado/ Meu sonho desesperado/ Meu bem guardado segredo/ Minha aflição/ Eu, brasileiro, confesso/ Minha culpa, meu degredo/ Pão seco de cada dia/ Tropical melancolia/ Negra solidão:

Aqui é o fim do mundo/ Aqui é o fim do mundo/ Aqui é o fim do mundo/ Ou lá

Aqui o Terceiro Mundo/ Pede a bênção e vai dormir/ Entre cascatas, palmeiras/ Araças e bananeiras/ Ao canto da juriti/ Aqui, meu pânico e glória/ Aqui, meu laço e cadeia/ Conheço bem minha história/ Começa na lua cheia/ E termina antes do fim

Aqui é o fim do mundo/ Aqui é o fim do mundo/ Aqui é o fim do mundo/ Ou lá

Minha terra tem palmeiras/ Onde sopra o vento forte/ Da fome, do medo e muito/ Principalmente da morte/ Olelê, lalá/ A bomba explode lá fora/ E agora, o que vou temer?/ Oh, yes: nós temos banana/ Até pra dar, e vender/ Olelê, lalá

Aqui é o fim do mundo/ Aqui é o fim do mundo/ Aqui é o fim do mundo/ Ou lá

Na educação, criou-se uma área que se transformou em disciplina: Estudos Sociais. E desde as primeiras propostas se destacou pela

[...] crença na contribuição harmoniosa de todos os indivíduos na edificação da sociedade; a cooperação individual na elaboração do bem comum — a interdependência entre eles — cada qual na sua função, desenvolvendo a consciência do lugar que cada um ocupa na sociedade. (NADAI, 1988, p. 6, c.1)

Ou seja, todos, cada um com seu papel, através da cooperação, da integração e sem atitudes e posições radicais ou extremadas, devem contribuir para o bem estar de toda a nação.

A colaboração dos diversos indivíduos e etnias na construção da nacionalidade brasileira é a tônica do primeiro programa de Estudos Sociais elaborado para o ensino fundamental do Distrito Federal. Na construção da **nacionalidade**, todos, igualmente — colonizadores portugueses, índios nativos, africanos, estrangeiros — despenderiam esforços nessa ação, estreitando os laços de solidariedade entre eles, o que indicaria para a criança a necessidade de se localizar nesse processo, com vistas a garantir sua continuidade. Desta forma, o devir — controlado nesta perspectiva — estaria garantido. (NADAI, 1988, p. 6, c.2)

Feita bem mais tarde (em 1980), a letra de Luiz Gonzaga Jr., a seguir, retratava um pouco este período do Brasil, as mudanças provocadas pelo *Milagre*, ao qual dava adeus, em inglês — a nova língua estrangeira dominante — ou em português adaptado, à situação criada, desde a modernização eletrônica, a TV em cores, a vinda de Frank Sinatra para um show no Maracanã e também à fome que ampliou, fazendo referências a um dos lemas da ditadura: *Este é um país que vai pra frente*.

**BIÉ, BIÉ, BRAZIL (BYE, BYE, BRASIL) (Gonzaguinha)**

Bié bié Brasil/ Bye bye Brasil, adeus/ Tanto faz se eu cantar em português ou inglês/Pois se mudou foi Deus, foi Deus!

Salve a maravilha eletrônica/ Que já resolveu a fome crônica/ Mares de antenas de TV pelo país/ Tornam nosso índio mais alegre e mais feliz/ E ninguém segura esse milagre/ Até Frank Sinatra veio à festa/ Pois esse é um país que foi pra frente meu bem/ E se ele foi, foi Deus, foi Deus/ Pois este é um país que foi pra frente, meu bem/ E se ele foi, foi Deus, foi Deus!

Na segunda metade dos anos 70, ocorreram o fim do período chamado de *Milagre Brasileiro*, as greves do ABC, a revogação do AI-5 e a aprovação do projeto do governo sobre a anistia. O Brasil havia adotado um modelo que propunha a criação das melhores condições possíveis para o investimento, sobretudo do capital estrangeiro, não tendo como objetivo a melhoria imediata das condições de vida da maioria da população. Enfatizou o aumento da produção, voltada à exportação e à ampliação da concentração de renda.

O país começou a década de 80 com uma grave recessão econômica, que reforçava a concentração de renda e provocava maior instabilidade social. O Brasil pós-milagre se descobriu com um elevadíssimo desnível social e regional e com a propriedade da terra mais concentrada. A população, que sofria o agravamento da situação de pobreza e deterioração dos serviços públicos, passou a sofrer também com o aumento da inflação. O que diferia era que já se podia falar e escrever sobre diversos assuntos antes censurados.

Em agosto de 1979, o Congresso Nacional aprovou o projeto de anistia — era a 48ª de nossa história — apresentado pelo governo federal. Muitos brasileiros exilados começaram retornar à *nostra pátria, mãe gentil*. Em 1984, milhões de brasileiros saíram às ruas — em uma quantidade nunca vista, por uma causa política — exigindo eleições diretas para presidente. Chamado de *Diretas-Já*, tendo o amarelo como cor símbolo e o apoio da grande maioria da população, a emenda que restabelecia o sufrágio universal para presidente não obteve o número necessário de votos no Congresso Nacional. Posteriormente foi aprovada a eleição direta para a presidência da República e, a partir das eleições de 1989, tivemos presidentes eleitos pelo voto popular. Entretanto, as políticas adotadas pouco alteraram a situação e pioraram a visão que a maioria dos brasileiros possuíam de sua pátria. Inclusive se iniciou um período de emigração, o que ainda não havia acontecido.

Na década de 80, o conjunto de rock RPM, de vida curta mas de grande sucesso, gravou uma música cuja letra, às vezes confusa, falava do país. Dizia sobre a herança servil que na verdade foi escravocrata embora o país tenha se comportado de modo servil ao

longo da história após 1500. Também falava do cinismo reinante em parte da elite, da vontade de partir, da presença daqueles que somente retiram recursos desta terra e da necessidade que parcela possui de colocar a culpa em todos quando são poucos os causadores.

**JUVENÍLIA** (Paulo Ricardo/Luiz Schiavon)

Sinto um imenso vazio/ É o Brasil/ Que herda o costume servil/ Não serviu pra mim/  
Juventude/ Aventura e medo/ Desde cedo/ Encerrado em grades de aço/ E um pedaço  
do meu/ Coração é seu/ Destroçado com a mãos/ Pelas mãos de Deus/ E as imagens/  
Transmissões divinas/ E o cinismo/ E o protestantismo europeu  
Parte o primeiro avião/ Eu não vou voltar/ E quem vem pra ficar/ Pra cuidar de ti/ Terra  
linda/ Sofre ainda a vinda/ De piratas/ Mercenários sem direção/ E eu até sei quem são/  
Sim, eu sei/ Você sempre faz confusão/ Diz que não e vem/ Vem chorando/ Vem pedir  
desculpas/ Vem sangrando/ Dividir a culpa entre nós.

Em 1987, no LP *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*, o conjunto Titãs lançou a música a seguir, *Lugar Nenhum*, na qual os integrantes cantam não serem de pátria alguma e que não nasceram em nenhuma pátria. De algum modo, estavam falando de algo que anarquistas sonham: a inexistência do Estado. Mas retratavam a ausência da presença dos símbolos que tentaram impor em nossa população.

**LUGAR NENHUM** (Arnaldo Antunes/ Charles Gavin/ Marcelo Fromer/  
Sérgio Brito/ Toni Belloto)

Não sou brasileiro / Não sou estrangeiro / Não sou brasileiro / Não sou estrangeiro / Eu  
não sou de nenhum lugar / Sou de lugar nenhum / Sou de lugar nenhum.

Não sou de São Paulo / Não sou japonês / Eu não sou carioca / Não sou português / Eu  
não sou de Brasília / Não sou do Brasil / Nenhuma pátria me pariu.

Eu não tô nem aí / Eu não tô nem aqui / Eu não tô nem aí/ Eu não tô nem aqui

Esta situação talvez seja decorrente das precárias condições de vida e da própria pregação neoliberal. O futuro da nação depende de como as crianças são tratadas; e elas são mal tratadas. É o que retrata a letra de Gonzaguinha de *Meninos do Brasil*, feita em 1988. Crianças que tiveram contato com o césio em Goiânia em razão da ausência de práticas de proteção de materiais radioativos, que *surfam* em trens pela inexistência de uma política adequada de transportes públicos, que têm as suas precárias sub-habitações invadidas pelas águas das enchentes, que só possuem como futuro ser contato de traficante de drogas, que sem escolaridade e sem perspectivas de um futuro decente se entregam ao cheiro da cola de sapateiro, que são estupradas pelo próprio pai ou pelo padrasto, que participam de roubos coletivos em praias ou avenidas; são meninos de rua que apanham de uma polícia despreparada, enquanto na TV passam somente coisas felizes e fora da realidade brasileira. Ou seja, eles são a cara de um país que possui uma das piores distribuição de renda do mundo. Existe riqueza; o problema é que ela é mal distribuída e parte dela se perde em pagamentos de juros externos. Assim fica difícil construir uma nação solidária, mais equitativa, mais justa.

**MENINOS DO BRASIL** (Gonzaguinha)

Filhos da sensatez, justiça e muito amor/ Netos de boa herança, frutos da sã loucura/  
Fortes, sadios, lindos, pretos, brancos ou índios/ Os meninos do Brasil pedem para  
desfilar.

Césio lá de Goiânia adora brilhar no escuro/ Nana que é de Belém só brinca em cima do  
trem/ Lívia e Mirielle surfam só nas enchentes/ Luizinho do São Carlos treina pra ser  
avião.

Jorge faz seu preparo correndo da repressão/ Nina lá de Carangola limpa o nariz com  
cola/ Chico, Tadeu e Tavinho se divertem no arrastão/ Solemar voltou pra casa/ quer  
mais filhos com seu pai.

Todos estão felizes/ estão na televisão/ Estão em todos os jornais/ vendendo só com  
humor/ São parte desde rolo/ querem parte deste bolo/ São meninos do Brasil/ tem a  
cara do Brasil/ o jeitinho do Brasil/ estão querendo desfilar/ e arrasar no carnaval.

De modo mais pobre, é o mesmo que Cazuza dizia na letra de *Brasil*, feita em 1988, como tema da novela *Vale Tudo*, da Rede Globo de Televisão. Também fala da situação de muitos brasileiros, da forma que muitos utilizam para sobreviver (navalha), do jogo que a elite econômica faz com as pessoas, terminando com a afirmação de que é uma grande pátria desimportante. Foi gravada inicialmente pela cantora Gal Costa e se transformou em um grande e triste sucesso de público. Também foi gravada, em 1988, por Cazuza.

**BRASIL** (Cazuza/ George Israel/Nilo Romero)

Não me convidaram/ Pra essa festa pobre/ Que os homens armaram pra me convencer/  
A pagar sem ver/ Toda essa droga/ Que já vem malhada antes de eu nascer

Não me ofereceram/ Nem um cigarro/ Fiquei na porta estacionando os carros/ Não me  
elegeram/ Chefe de nada/ O meu cartão de crédito é uma navalha

Brasil/ Mostra tua cara/ Quero ver quem paga/ Pra gente ficar assim/ Brasil/ Qual é o teu  
negócio?/ O nome do teu sócio?/ Confia em mim

Não me convidaram/ Pra essa festa pobre/ Que os homens armaram pra me convencer/  
A pagar sem ver/ Toda essa droga/ Que já vem malhada antes de eu nascer

Não me sortearam/ A garota do Fantástico/ Não me subornaram/ Será que é o meu fim?/  
Ver TV a cores/ Na tábua de um índio/ Programada pra só dizer “sim, sim”

Brasil/ Mostra a tua cara/ Quero ver quem paga/ Pra gente ficar assim/ Brasil/ Qual é o  
teu negócio?/ O nome do teu sócio?/ Confia em mim

Grande pátria desimportante/ Em nenhum instante/ Eu vou te trair/ (Não vou te trair)

De *Aquarela do Brasil* (1939) até *Cara do Brasil* (1999) ocorreram sessenta anos; aí se pode ver uma letra feita durante um período autoritário (Estado Novo), de um otimismo ingênuo até as críticas feitas no final do século XX, quando o país vivia em liberdade de expressão. *Cara do Brasil* foi gravada em 1999 por Ney Matogrosso, no CD *Olhos de Farol*. E possui uma questão básica: o que será o Brasil?

A letra a seguir permite uma análise da realidade nacional, da existência de diversos brasis, da enorme desigualdade sócio-econômica e de valores. O país é a pessoa que tem sede ou aqueles que vivem da *indústria da seca*? Fala das diferenças, da situação da saúde pública, dos brasileiros que não têm o que comer, dos que vivem na contravenção. E cita fatos como da seleção de futebol, que foi campeã em 1994 nos pênaltis após um empate sem gols e de outra que encantou com seu jogo em 1982 mas que perdeu; sobre o Betinho (Herbert de Souza – 1935-1997) e sua campanha para diminuir a desigualdade (Plano de Combate à Fome e à Miséria), a violência policial na Favela Naval, os *trens da alegria* no Congresso Nacional, do transporte público precário, da falta ou da precariedade de habita-

ção (*palafitas*), do grande poder da Rede Globo de Televisão. A pergunta poderia ser: de quem é o Brasil, dos pobres do interior ou dos ricos de São Paulo?

#### **CARA DO BRASIL** (Celso Viáfora/ Vicente Barreto)

Eu estava esparramado na rede/ Jeca urbanóide de papo pro ar/ Me bateu a pergunta meio a esmo:/ Na verdade, o Brasil o que será?/ O Brasil é o homem que tem sede/ Ou O que vive da seca do sertão?/ Ou será que o Brasil dos dois é o mesmo/ O que vai é o que vem na contramão?/ O Brasil é um caboclo sem dinheiro/ Procurando o doutor nalgum lugar/ Ou será o professor Darcy Ribeiro/ Que fugiu do hospital pra se tratar/

A gente é torto igual/ Garrincha e Aleijadinho/ Ninguém precisa consertar/ Se não der certo, a gente se vira sozinho/ Decerto então nunca vai dar.

O Brasil é o que tem talher de prata/ Ou aquele que só come com a mão?/ Ou será que o Brasil é o que não come/ O Brasil gordo na contradição?/ O Brasil que bate tambor de lata/ Ou que bate carteira na estação?

O Brasil é o lixo que consome/ Ou tem nele o maná da criação?/ Brasil, Mauro Silva, Dunga e Zinho/ Que é o Brasil zero a zero e campeão/ Ou o Brasil que parou pelo caminho:/ Zico, Sócrates, Júnior e Falcão

A gente é torto igual Garrincha e Aleijadinho (...)

O Brasil é uma foto do Betinho/ Ou um vídeo da Favela Naval?/ São os Trens da Alegria de Brasília/ Ou os trens de subúrbio da Central?/ Brasil-Globo de Roberto Marinho/ Brasil-bairro: Garotos-Candeal?/ Quem vê, do Vidigal, o mar e as ilhas/ Ou quem das ilhas vê o Vidigal?/ O Brasil alagado, palafita?/ Seco açude sangrado, chapadão?/ Ou será que é uma Avenida Paulista?/ Qual a cara da cara da nação?

A gente é torto igual Garrincha e Aleijadinho (...)

Apesar de tudo, existem pessoas que acreditam na gente simples do Brasil, que acham que essa gente possui valores que permitem até o uso do conceito errado de raça. É o caso do letrista Fernando Brant, autor de *Povo da Raça Brasil*. Feito para o ballet *Último Trem*, encenado pelo Grupo Corpo e gravada em 1980, que contava a história da E. F. Bahia-Minas que, em 1976, teve decretada pelo governo militar a sua desativação. Diversas cidades que viviam em função da ferrovia e que tinham nela o seu principal meio de comunicação, acabaram ficando no abandono.

#### **POVO DA RAÇA BRASIL** (Milton Nascimento/Fernando Brant)

Põe a mão na água/ põe a mão no fogo/ põe a mão na brasa do meu coração

Põe a mão na mágoa/ põe a mão no povo/ põe a mão na massa pra fazer o pão

Ponha fé na vida/ ponha o pé na terra/ fale com quem fala o mesmo que você/ Sonhe com quem sonha, o mesmo que você/ viva com o povo da raça Brasil

Venha para a rua ver o movimento/ de João, Maria, Teresa e José/ gente que nasceu, amou sofreu aqui/ todo o dia carregando a mesma cruz

Mate a minha sede/ mate a minha fome/ faça do meu corpo o seu corpo irmão/ como um nó bem dado, como um cipó/ que ninguém consegue nunca desatar

Sonhe com um sonho/ que ninguém sonhara/ sonhe com um povo gêmeo siamês/ que nenhuma força pode separar/ que nasceu unido e unido vai viver.

A pregação final da letra permanece importante; é fundamental sonhar com valores que ajudem este povo a se identificar com uma nação que se caracterize pelo respeito, pela menor diferença de classes, por condições dignas de vida para todos. Aliás, para que existe o serviço da educação se não para transformar, pelo saber, a realidade, sempre almejando uma vida melhor e mais feliz para todos?

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Chico. (Des)unidos do pau-brasil. **Tempo e presença**. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, a. 22, n. 310, mar/abr. 2000, p. 06-10.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989. (série princípios, 165)
- ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia de. **Cultura amordaçada: intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2002.
- CABRAL, Sérgio. **A MPB na era do rádio**. São Paulo: Moderna, 1996 (c. polêmica)
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1992.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Campanha de Canudos. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- CYRINO, Hélio; PENHA, Carlos. **Filosofia hoje**. Campinas (SP): Papirus, 1985.
- DANTAS FILHO, José; DORATIOTO, Francisco F. M. **A república bossa nova: a democracia populista (1954-1964)**. São Paulo: Atual, 1991. (c. História em documentos)
- JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 128-175.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780: programas, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MACHADO, Lia Osório. *Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem*. In: CASTRO, Iná E. de et al. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.309-353.
- MORAES, Antonio Carlos R.. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- NADAI, Elza. Estudos Sociais no primeiro grau. **Em aberto**. Brasília, a. 7, n. 37, jan./mar. 1988, p. 1-16.
- NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil: da Colônia à República**. 14ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. **A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910**. 3ª ed. São Paulo: Atual, 1991.
- PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: origens da ideologia trabalhista no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999 (c. Mundo do trabalho)
- PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. **As ciências no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994, 2 v., p. 349-460 (1ª ed.: 1955)
- QUAINI, Massimo. **A construção da geografia humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (c. geografia e sociedade, 3)
- ROSENDHAL, Zeny. Espaço, Cultura e religião: dimensões de análise. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 187-224.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (c. Primeiros passos, 15)

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SCHWARCS, Lília Moritz. **As barbas do imperador**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2.000.

SILVA, Alberto da Costa e. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 18-41.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras? **Terra Livre**. São Paulo, n. 17, p.119-137. 2001.

VLACH, Vânia Rúbia Farias. **A propósito do ensino de geografia**: em questão, o nacionalismo patriótico. 1988. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

## REFERÊNCIAS A DOCUMENTOS SONOROS (LPS E CDS)

ANTUNES, Arnaldo; GAVIN, Charles; FROMER, Marcelo; BRITO, Sérgio; BELLOTO, Toni. Lugar nenhum. Intérprete: Titãs. In: \_\_\_\_\_. **84-94 – Dois**. S.l.: Warner Music do Brasil, p1994, 2 CDs, CD dois, faixa 11.

BARBOSA, Orestes; ROSA, Noel. Positivismo. Intérprete: Noel Rosa. In: Noel Rosa e Mário Reis.

**Noel Rosa por Noel Rosa e Sinhô por Mário Reis**. S.l.: Continental/WEA Music, p2000, 1 CD, faixa 01(coleção Enciclopédia Musical Brasileira, 17; gravação de 1933)

BARROSO, Ary. Aquarela do Brasil. Intérprete: Gal Costa. In: \_\_\_\_\_. **Gal Costa**. São Paulo: Polygram, p1998, coleção Millennium, 1 CD, faixa 20 (gravação de 1980)

BREQUE, Premeditando o. Bem Brasil. Intérpretes: Premeditando o Breque e Caetano Veloso. In: \_\_\_\_\_. **O melhor dos iguais**. São Paulo EMI-Odeon, p1985, 1 disco sonoro, lado B, faixa 1.

BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. Fado Tropical. Intérpretes: Chico Buarque e Ruy Guerra. In: Chico Buarque. **Chico Canta**: Calabar, o elogio da traição. Rio de Janeiro: Philips, p1973, 1 disco sonoro, lado 2, faixa 02.

CAZUZA; ISRAEL, George; ROMER, Nilo. Brasil. Intérprete: Cazuza. In: \_\_\_\_\_. **Cazuza – Minha História**. Rio de Janeiro: Polygram, s.d., 1 CD, faixa 14 (gravação original de 1988)

GIL, Gilberto; TORQUATO NETO. Marginalia 2. Intérprete: Gilberto Gil. In: \_\_\_\_\_. **Personalidade 2**. Rio de Janeiro: Philips, p1992, 1 CD, faixa 04 (gravação de 1968).

GONZAGA JR.; LINS, Ivan. Desenredo (G.R.E.S. Unidos do Pau Brasil). Intérprete: Gonzaguinha. In: \_\_\_\_\_. **Raízes do samba**. São Paulo: EMI, p1999, 1 CD, faixa 09 (gravação original: 1978).

GONZAGA JR., Luiz. Bié Bié Brazil (Bye Bye Brasil). Intérprete: Luiz Gonzaga Jr. In: \_\_\_\_\_. **De volta ao começo**. Guarulhos (SP); EMI Odeon, p1980, 1 disco sonoro, lado B, faixa 05.

\_\_\_\_\_. Meninos do Brasil. Intérprete: Gonzaguinha. In: \_\_\_\_\_. **O melhor da música de Gonzaguinha**. S.l.: Warner Music, p1998, 1 CD, faixa 08 (gravação de 1988).

LYRA, Carlos; ASSIS, Francisco de. O subdesenvolvido. Intérprete: Conjunto CPC. In: Diversos. **O povo canta**. Rio de Janeiro: Centro Popular de Cultura, p196-, 1 disco sonoro, lado A, faixa 01.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Aqui é o país do futebol. Intérprete: Milton Nascimento. In: \_\_\_\_\_. **Milton**. Guarulhos (SP): EMI-Odeon, p1995, 1 CD, faixa 12 (gravação de 1970)

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Povo da Raça Brasil. Intérprete: Milton Nascimento. In: \_\_\_\_\_. **As Histórias e as Canções de “Maria, Maria” e “O Último Trem”**. Rio de Janeiro: EMI, p2002, 2 CDs, CD 2, faixa 3 (gravação original: 1980)

PORTO, Sérgio (Stanislaw Ponte Preta). O Samba do Crioulo Doido. Intérprete: Quarteto em Cy. In: MPB4 Quarteto em Cy. **O melhor de 2**. São Paulo: Universal, p. 2000, 2 CDs, CD 2, faixa 15.

RICARDO, Paulo; SCHIAVON, Luiz. Juvenília. Intérprete: RPM. In: \_\_\_\_\_. **RPM 2002**. São Paulo: Universal Music, p2002, 1 CD, faixa 03.

RODOLPHO; JONAS; SILVA, Luiz Carlos. Kizomba, a Festa da Raça. Intérprete: Gera (da G.R.E.S. Unidos da Vila Isabel). In: Diversos. **O essencial de Escolas de Samba**. Barueri (SP): BMG, p1999, 1CD, faixa 08 (gravação de 1987).

RUSSO, Renato. Que país é esse? Intérprete: Legião Urbana. In: \_\_\_\_\_. **Que país é este 1978-1987**. São Paulo: EMI-Odeon Brasil, p1987, 1 CD, faixa 01.

SILVA, Estanislau; CARLOS, Décio Antônio; PENTEADO. Exaltação a Tiradentes. Intérprete: Elis Regina. In: \_\_\_\_\_. **20 anos de saudade**. São Paulo: Universal Music, p2002, 2 CDs, CD 2 faixa 09. (gravação original de 1971)

TAPAJÓS, Maurício; BLANC, Aldir. Querelas do Brasil. Intérprete: Quarteto em Cy. In: MPB4 e Quarteto em Cy. **O melhor de 2**. São Paulo: Universal, p. 2000, 2 CDs, CD 2, faixa 01.

VIÁFORA, Celso; BARRETO, Vicente. Cara do Brasil. Intérprete: Ney Matogrosso. In: \_\_\_\_\_. **Olhos de Farol**. São Paulo: Polygram, p1999, 1 CD, faixa 13.

Recebido em novembro de 2006

Aceito em fevereiro de 2007